

Universidade Estadual do Norte do Paraná

Repositório Institucional UENP

<https://repositorio.uenp.edu.br>

Programa de Pós-Graduação em Ensino

Produtos educacionais

2026

Caderno de Atividades: O Estatuto da Criança e do Adolescente no Ensino Médio

Oliveira, Clea Marcia Bernardes de

Universidade Estadual do Norte do Paraná

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/889>

Baixado de Repositório Institucional UENP

PRODUTO EDUCACIONAL

ECA



CADERNO DE ATIVIDADES: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ENSINO MÉDIO



Clea Marcia Bernardes de Oliveira
Roberta Negrão de Araújo

UENP | CAMPUS
Universidade Estadual do Norte do Paraná | CORNÉLIO PROCÓPIO

PPGEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENSINO

2026

Título do Produto Educacional (PE)

Caderno de Atividades: O Estatuto da Criança e do Adolescente no Ensino Médio

Título em Inglês

Activity Book: The Child and Adolescent Statute for High School

Autoras

CLEA MARCIA BERNARDES DE OLIVEIRA

ROBERTA NEGRÃO DE ARAÚJO

E-mail: clea.oliveira@escola.pr.gov.br
robertanegrao@uenp.edu.br

Categoria de PE

PTT 1: Material didático/instrucional

Tipo de PE

Caderno de Atividades

Nível e Etapa educacional a que se destina o PE

Educação Básica- Ensino Médio

Público-alvo

Professores de diversos componentes curriculares

Objetivo/Finalidade

Didatizar o ECA, tornando-o acessível aos estudantes do Ensino Médio.

Contexto(s) de aplicação

Universidade Estadual de um município da região norte do Estado do Paraná, Brasil, no ano de 2025.

Avaliação do PE

Validação Objetiva, Subjetiva e Intersubjetiva.

Instituição/Programa

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Campus Cornélio Procópio – PR
Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGEN)
<https://uenp.edu.br/mestrado-ensino>

Curso

Mestrado Profissional em Ensino
Área de Concentração: Ensino, Ciência e Tecnologia
Linha de Pesquisa 1: Ensino e Formação de Professores

Área de Conhecimento (CAPES)

Ensino

Registro

Biblioteca da UENP – Campus Cornélio Procópio

Repositório e Divulgação

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1179025>

Idioma

Português

Município e Estado

Cornélio Procópio- Paraná

Projeto gráfico e diagramação

Luiz Roberto Lucio Correa
E-mail: luiz.correa.londrina@gmail.com

Ano de Publicação do PE

2026

Financiamento

Não houve financiamento

QR code PE



QR code da dissertação vinculada ao PE



licence creative Commons



Ficha catalográfica elaborada por Juliana Jacob de Andrade - Bibliotecária, CRB/9 - 1669, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

O48c Oliveira, Clea Marcia Bernardes de
Caderno de atividades: o estatuto da criança e do adolescente no ensino médio. / Clea Marcia Bernardes de Oliveira; orientadora Roberta Negrão de Araújo - Bandeirantes, 2026.
147 p. :il.

Produção Técnica Educacional (Mestrado Profissional em Ensino) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, 2026.

1. Ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Ensino Médio. 3. Protagonismo Juvenil. 4. Formação de Professores. I. Araújo, Roberta Negrão de, orient. II. Título.

CDD: 370.111

APRESENTAÇÃO

O presente Produto Educacional (PE) consiste em um **“Caderno de Atividades: Estatuto da Criança e do Adolescente no Ensino Médio”**, foi elaborado a partir de uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino (PPGEN), oferecido pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – *Campus* Cornélio Procópio.

Foi resultado de um percurso investigativo, pautado na seguinte questão investigativa: **Quais estratégias de ensino, potencializam o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania em estudantes do Ensino Médio?**

Nesta pesquisa, o objetivo propositivo, firmou-se em **desenvolver um Caderno de Atividades a ser implementado junto a professores do Ensino Médio, com vistas a subsidiar a abordagem do ECA em sala de aula.**

Como objetivo geral pretende-se: **Analisar o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania à luz dos princípios do ECA e dos temas contemporâneos, a partir de um Caderno de Atividades.**

Este material visa expandir a oportunidade de atuação pedagógica do professor(a) do Ensino Médio, abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o intuito de fomentar o protagonismo estudantil. Assim, não limita a atuação do professor, nem reduz seu papel a uma simples execução de atividades.

O caderno está estruturado em dois capítulos. O primeiro aborda a Fundamentação Teórica. O segundo apresenta atividades que contemplam o tema para serem desenvolvidas junto a estudantes do Ensino Médio. É importante destacar que estas visam atender às demandas de uma educação que seja integrada e contextualizada. Estudos pedagógicos demonstram que a interdisciplinaridade favorece a aprendizagem significativa, permitindo que os envolvidos estabeleçam conexões entre diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo o processo educativo.

As atividades foram organizadas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também nos documentos curriculares vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e o Referencial Curricular do Paraná (RCP): princípios, direitos e orientações. Para cada atividade são indicados o objetivo de aprendizagem, os objetivos específicos, os recursos necessários para sua execução, as etapas a serem seguidas e as referências pertinentes. Além disso, são oferecidas sugestões de questionamentos, de vídeos educativos e curiosidades, permitindo que as atividades sejam adaptadas pelo professor, de acordo com o contexto e as necessidades de cada turma, levando em consideração o perfil dos estudantes.

O PE integra a Dissertação **“O PROTAGONISMO ESTUDANTIL E A CIDADANIA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”**, que pode ser acessada em <http://www.uenp.edu.br/mestrado-ensino>. Para mais informações, a autora: Clea Marcia Bernardes de Oliveira, pode ser contatada pelo e-mail: clea.oliveira@escola.pr.gov.br.

Tenham uma boa leitura!

As autoras

SUMÁRIO

Fundamentação Teórica.....	06
As Atividades	09
Orientações para os Professores.....	10
Atividade 1	
Estatuto da Criança e do Adolescente	11
Atividade 2	
Conhecendo o ECA e seus artigos iniciais.....	19
Atividade 3	
Pela trilha do ECA: conhecendo os direitos de liberdade, respeito e dignidade da criança e adolescente.....	23
Atividade 4	
Disseminando o ECA na comunidade: um ato de amor e cidadania pelas crianças e adolescentes	28
Atividade 5	
Conhecendo os deveres do Estado, dos pais e dirigentes de ensino em relação à Educação das crianças e adolescentes por meio de jogos.....	35
Atividade 6	
Jogando dados: percursos divertidos para o conhecimento do ECA.....	41
Atividade 7	
Gincana: desvendando o ECA.....	45
Atividade 8	
O Estatuto da Criança e do Adolescente e Story: uma soma perfeita rumo à aprendizagem.....	58
Atividade 9	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: detetive da cidadania	61
Atividade 10	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque	66
Atividade 11	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: cidadania em cores.....	70
Atividade 12	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque	73
Referências	78
MATERIAL COMPLEMENTAR	80

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De forma etimológica, a palavra “cidadão” encontra suas origens em *civitas*, uma expressão latina que denota “aquele que reside na cidade e desfruta dos direitos políticos” (Dallari, 1998). Na Roma Antiga, ser reconhecido como cidadão implicava possuir privilégios políticos, os quais eram restritos a uma ínfima minoria. Aqueles desprovidos desses direitos encontravam-se à margem da sociedade, excluídos do processo decisório, contribuindo, assim, para a manutenção de uma estrutura social elitista, marcada pela exploração.

De acordo com Dallari (1998), cidadania denota um conjunto de prerrogativas que habilitam a participação social, tanto em esferas pessoais quanto públicas. A ausência de cidadania implica estar à margem das decisões, o que representa uma condição de dependência e subordinação. Contudo, é crucial reconhecer que a cidadania é um conceito dinâmico, moldado ao longo da história e sujeito a variações conforme o tempo e o espaço. Atualmente, a discussão em torno da cidadania é amplamente difundida, seja nos âmbitos educacionais, profissionais ou políticos. No entanto, é surpreendente constatar que esse termo adquiriu múltiplos significados, por vezes contraditórios. Indivíduos, mesmo com perspectivas distintas, recorrem ao mesmo termo para justificar suas posições.

Para Manzini-Covre (1996) é um equívoco comum restringir o conceito de cidadania apenas ao âmbito político-partidário. É fundamental não confundir o cidadão com o eleitor, uma vez que o simples ato de votar não garante a plena cidadania, a menos que esteja contextualizado em condições sociais, políticas e culturais específicas. Ser cidadão implica ter assegurado a igualdade de direitos e responsabilidades, sem estar sujeito a qualquer forma de preconceito ou discriminação. Isso inclui igualdade de oportunidades no controle de suas próprias ações e destinos, bem como o acesso garantido à saúde, educação, alimentação, moradia e lazer, conforme estipulado no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988. Além disso, a cidadania envolve a liberdade de expressão e a capacidade de lutar pelos valores e ideais que sejam importantes para o indivíduo.

O conceito de cidadania evolui ao longo do tempo, assumindo diferentes formas e significados, moldados pelo contexto histórico, especialmente por eventos como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos Humanos. No Brasil, o processo de construção da cidadania é influenciado pela Redemocratização, pela promulgação da Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se tornam pilares fundamentais da cidadania brasileira.

Esses marcos são considerados alicerces porque, ao analisarmos as características da formação da sociedade brasileira, percebemos a presença de sinais de submissão, com o poder concentrado nas mãos de poucos e a maioria resignada a essa situação como se fosse algo natural. Esse cenário se assemelha, guardadas as devidas proporções e sem cair no anacronismo histórico, à cidadania excludente da Roma Antiga, onde os direitos eram determinados pelo nascimento.

O ECA representa um marco importante na legislação brasileira, pois reforça a proteção integral das crianças e dos adolescentes, assegurando-lhes direitos fundamentais que são essenciais para o seu pleno desenvolvimento. Ao estabelecer diretrizes que visam garantir educação, saúde, convivência familiar e comunitária, o ECA reconhece a importância de um ambiente propício para que as crianças e os adolescentes cresçam e se desenvolvam de maneira saudável (Cury *et al.*, 2002).

Nesse sentido, a ênfase dada à educação no texto do ECA é particularmente relevante. Ao regulamentar o direito à educação com base no princípio do pleno desenvolvimento do educando e na preparação para o exercício da cidadania e do trabalho, o estatuto destaca a importância de uma educação de qualidade que vá além do ensino formal. Isso implica não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também promover o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, preparando-os para serem cidadãos ativos e produtivos na sociedade (Cury *et al.*, 2002).

No entanto, é importante refletir sobre como esses princípios estão sendo efetivamente aplicados na prática. Apesar das garantias legais estabelecidas pelo ECA, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Questões como acesso igualitário à educação de qualidade, proteção contra a violência e exploração, e promoção da inclusão social continuam sendo desafios urgentes a serem abordados. Portanto, é fundamental que a sociedade como um todo, juntamente com as autoridades responsáveis, trabalhe de forma colaborativa para garantir a efetiva implementação e cumprimento do ECA. Somente assim poderemos verdadeiramente assegurar um ambiente onde todas as crianças e adolescentes possam crescer e prosperar, alcançando seu pleno potencial como indivíduos e contribuintes para o futuro do país (Brasil, 1990).

O ECA é um instrumento fundamental para a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Ao garantir direitos que já haviam sido reconhecidos na Constituição de 1988 e ao aprimorar a legislação, o ECA reconhece a condição peculiar de ser humano em pleno desenvolvimento que caracteriza essa faixa etária (Brasil, 1990). Uma das contribuições mais significativas é conferir às crianças e aos adolescentes não apenas o status de sujeitos de direitos, mas também o reconhecimento de sua cidadania. Isso significa que eles não são apenas passivos beneficiários de proteção, mas sim detentores de direitos que devem ser respeitados e promovidos (Brasil, 1990).

É na escola, muitas vezes, que são observados sinais de possíveis violações de direitos das crianças e dos adolescentes, como a falta frequente às aulas ou indícios de violência ou negligência. Por isso, as instituições de ensino têm a responsabilidade de comunicar ao Conselho Tutelar qualquer situação que possa exigir intervenção para proteger o bem-estar e os direitos das crianças e dos adolescentes. Essa interação entre as escolas e o Conselho Tutelar é fundamental para garantir uma rede de proteção eficaz e para assegurar que as crianças e os adolescentes recebam o apoio necessário em situações de vulnerabilidade. Ao trabalhar em conjunto com outros órgãos e

entidades, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - (CMDCA), o Conselho Tutelar contribui para a promoção de um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes. O Conselho Tutelar então, desempenha um papel essencial na implementação e no cumprimento das políticas de proteção previstas no ECA, agindo como um agente de defesa dos direitos infanto-juvenis e como um elo crucial entre a comunidade, as instituições e o poder público na promoção do bem-estar das crianças e dos adolescentes.

A integração do ECA no currículo escolar do Ensino Médio com foco na formação cidadã dos estudantes é uma iniciativa de extrema importância e relevância para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como marco legal, assegura os direitos das crianças e dos adolescentes e oferece uma base sólida para promover valores de respeito, solidariedade e responsabilidade social entre os jovens (Brasil, 1990). Ao incorporar os princípios e diretrizes do ECA nas atividades curriculares do Ensino Médio, as escolas têm a oportunidade de não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também de promover uma educação que estimula o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos desde cedo. Isso implica não apenas ensinar sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, mas também discutir questões relacionadas à igualdade, diversidade, inclusão e justiça social.

Ao integrar o ECA no currículo escolar do Ensino Médio, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver uma consciência crítica em relação aos direitos humanos e à importância da participação ativa na sociedade. Eles aprendem a reconhecer e a combater as formas de discriminação, violência e exclusão que ainda persistem em nossa sociedade, tornando-se agentes de transformação e defensores dos direitos de todos os cidadãos, especialmente das crianças e dos adolescentes. A integração do ECA no currículo escolar do Ensino Médio não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e igualitário para todos. É uma oportunidade valiosa para fortalecer os valores democráticos e humanitários que são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva (Leccardi, 2005).

Cabe ao professor, portanto, o papel de associar o processo de “aprender” a algo contínuo e significativo para o indivíduo em sua interação com os outros e com o ambiente social. A verdadeira aprendizagem está intrinsecamente ligada à capacidade de resolver problemas tanto de forma individual quanto coletiva. No entanto, uma das maiores dificuldades reside na transição do interesse individual para uma perspectiva coletiva, um desafio que é ampliado pelo sistema capitalista, que muitas vezes valoriza a individualidade em detrimento do bem comum (Santos, 1994). Assim, quando se aborda o conceito de cidadania na educação, é essencial promover uma compreensão mais ampla e profunda, que vá além do mero conhecimento teórico. Devem-se incentivar os alunos a refletir sobre seu papel na sociedade, a reconhecer suas responsabilidades e a desenvolver habilidades de colaboração e resolução de problemas em um contexto coletivo. Somente assim pode-se contribuir para a formação de cidadãos conscientes, ativos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

AS ATIVIDADES

As doze atividades que compõem este Caderno têm a finalidade de aprofundar a compreensão e favorecer a apropriação dos conteúdos trabalhados no contexto da sala de aula, articulando teoria e prática de modo coerente e intencional. A aplicação pressupõe o acompanhamento do professor, de modo a promover experiências formativas que ultrapassem a mera transmissão de conhecimentos, configurando um processo de aprendizagem dinâmico, significativo, participativo e dotado de significado para os estudantes.

Cada proposta foi organizada de maneira sistemática, visando estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e do protagonismo dos estudantes. Para tanto, recorre-se a diferentes estratégias metodológicas, tais como atividades práticas, debates coletivos, análises de situações extraídas do cotidiano e exercícios individuais. Essa diversidade metodológica possibilita que os alunos problematizem os temas abordados, estabeleçam relações com a realidade social em que estão inseridos e construam saberes de forma contextualizada e reflexiva.

O eixo central consiste na ampliação do conhecimento dos estudantes acerca de seus direitos e deveres, com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao abordar esse referencial legal, busca-se promover a sensibilização para a cidadania, contribuindo para que o estudante reconheça seu papel social e compreenda a importância de atitudes pautadas na responsabilidade, no respeito mútuo e na empatia. Nesse sentido, convidam o estudante a assumir uma postura ativa diante do processo de aprendizagem, reconhecendo-se como sujeito histórico e protagonista na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

A atuação do professor revela-se elemento essencial para a efetividade dessas atividades. Compete a ele mediar os processos de aprendizagem, incentivar a participação dos estudantes, estimular o diálogo e a troca de experiências, bem como assegurar um ambiente acolhedor e ético para a expressão de opiniões, vivências e questionamentos. Ademais, o docente é chamado a exercer sua autonomia pedagógica, adaptando as propostas às especificidades da turma e às necessidades dos alunos, de modo a garantir condições equitativas de aprendizagem e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no exercício consciente da cidadania.

ORIENTAÇÕES PARA OS PROFESSORES

Caro(a) professor(a), seguem algumas orientações para apoiá-lo(a) quanto à utilização do Caderno de Atividades



- Leia as instruções de cada atividade antes de aplicá-la em sala de aula.
- Adapte as atividades às necessidades específicas dos seus estudantes.
- Promova a participação ativa de todos os estudantes, incentivando-os a trabalhar em equipe de forma inclusiva e a compartilhar suas ideias.
- Seja flexível e esteja preparado para fazer ajustes nas atividades conforme necessário.
- Crie um ambiente de aprendizado acolhedor e seguro para todos os estudantes.
- Seja paciente e compreensivo com os estudantes que precisarem de mais tempo ou apoio para a realização das atividades.
- Comunique-se claramente com os estudantes e esteja disponível para sanar suas dúvidas e responder aos questionamentos.
- O ECA é amplo. Desta maneira, o exercício da leitura e a realização de apontamentos são necessários.
- As atividades serão realizadas de forma mais coletiva ou desenvolvidas por meio da “tutoria por pares”, sob a forma de aprendizagem cooperativa ou colaborativa.
- Se o estudante argumentar algo que não tenha certeza, pense em conjunto e, se mesmo assim a dúvida permanecer, fica suspensa a discussão. Consulte alguém que tenha maior domínio para continuar a abordagem corretamente.
- Ao fazer as abordagens, mantenha os momentos de ensino leves e divertidos, deixe o estudante tomar a liderança e se tornar protagonista da ação.
- Ajude os envolvidos na interpretação dos artigos mais complexos.
- Faça questionamentos e certifique-se de que o estudante esteja seguro e que tenha se apropriado do conteúdo.
- Lembrem-se de que a educação inclusiva é um direito fundamental de todos os estudantes.
- O Caderno de Atividades é uma ferramenta para promover a educação como um todo.
- A sua atuação como professor (a) é fundamental para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor.
- Favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no exercício consciente da cidadania.



Estatuto da Criança e do Adolescente

Educação das crianças e adolescentes: quem deve zelar por ela?!


Objeto de conhecimento	Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer o artigo 54;• Compreender o que diz o Estatuto sobre os deveres do Estado em relação à criança e ao adolescente;• Aplicar o conhecimento obtido em pesquisa na comunidade em que está inserido.
Componente Curricular	Todos os componentes curriculares com maior relação com a Matemática
Número de aulas	4 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas no Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira igualitária, fortalecendo o direito à educação e à cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none">• Slides acessíveis contendo a manchete e o art. 54.• Impressão sobre o art. 54 (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante).• Recursos visuais manipuláveis - Cartolina branca, tesoura, cola e pincéis coloridos.• Atividades colaborativas em grupo.• Ferramentas digitais acessíveis.• Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (<i>Google Forms</i> - https://forms.gle/p6oauab9Ytj-TXhFu7 impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.

Faça os questionamentos para observar os conhecimentos prévios dos alunos:

1. Você conhece ou já ouviu falar no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente?
2. O que é o ECA?
3. Qual é a sua funcionalidade?
4. Leia a manchete a seguir:

**Menino resgatado após
ficar acorrentado em barril
em Campinas é adotado,
diz Vara da Infância**

*Criança foi salva por policiais militares
após denúncia, em 2021.
Pai do garoto, madrasta e filha foram con-
denados a 8 anos de prisão; lembre.*

 <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/02/16/menino-mantido-acorrentado-em-barril-em-campinas-e-adotado-diz-vara-da-infancia.ghtml>

EM CASOS ASSIM, QUAL
É A LEI QUE ASSEGURA
OS DIREITOS DA
CRIANÇA?



Imagem gerada por IA.

Apresente aos estudantes o objeto de aprendizagem, os objetivos e os critérios avaliativos:

**Art. 54
do ECA**

Objetivos:

- Conhecer o Art. 54 do ECA;
- Compreender o que diz o Art. 54;
- Aplicar o conhecimento do artigo em pesquisa.

Critérios avaliativos:

- Compreende o que diz o Art. 54?
- Interpreta os dados obtidos em pesquisa?



Faça a leitura do Art. 54 aos estudantes. Peça aos alunos que cada estudante faça a leitura de um trecho.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.⁴⁵

Estatuto da Criança e do Adolescente

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Instrua os estudantes a responder às questões no caderno, com tempo estimado de 15 minutos:

- 1. O que diz o Art. 54 sobre a escolaridade da criança e do adolescente? Quais incisos discorrem sobre isso?**
- 2. Em quais estabelecimentos de ensino a criança de 0 a 5 anos de idade deve ser atendida? Em qual inciso podemos encontrar esta informação?**
- 3. O que diz o Parágrafo 3º a respeito da frequência escolar de educandos do Ensino Fundamental?**
- 4. De que forma deve ocorrer o atendimento aos portadores de deficiência?**

Após a realização da atividade pelos estudantes e correção oral pelo professor, **conduza os estudantes à realização de um Mapa Mental**, em equipes de 3 a 4 alunos, com as respostas das questões, com os dizeres ao lado:

IMPORTANTE!

Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas! Você pode também solicitar a colaboração do aluno monitor da turma!

O QUE O ART.
54 DO ECA
NOS DIZ?

Após o tempo de 40 minutos aproximadamente, solicite que os estudantes apresentem aos colegas o resultado de seus trabalhos.

Em seguida e em conjunto, todos **devem eleger três questões importantes sobre o Art. 54 para ser usada em pesquisa-enquete** a ser realizada após o período de aula. Algumas sugestões são:

Você está participando da Pesquisa 'Conhecimentos sobre a Lei 8.069, mais conhecida como ECA'. Assinale apenas UMA ALTERNATIVA, de acordo com os seus conhecimentos.

• **Você conhece ou já ouviu falar no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente?**

Sim

Não

• **De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de quem é a responsabilidade pelo ensino fundamental, obrigatório e gratuito?**

dos pais.

da escola.

do Estado.

de todos os mencionados anteriormente.

de nenhum dos mencionados anteriormente.

• **De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a quem compete zelar pela frequência escolar dos educandos do ensino fundamental?**

do poder público, junto às escolas.

do poder público, junto aos pais ou responsáveis.

das escolas, junto aos pais ou responsáveis.

Gênero: masculino feminino indefinido

Faixa etária: 15 aos 30 anos 31 aos 45 anos 46 anos ou mais

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



Nome: _____

1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula?

3. Se houver, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



CONTINUAÇÃO
semana seguinte

Objeto de conhecimento	Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Construção de gráfico
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupar dados de pesquisa; • Compreender os resultados e transformá- los em estatística; • Produzir material informativo com os resultados da pesquisa.
Componente Curricular	Todos os componentes com maior relação em Matemática
Número de aulas	02 horas-aula
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas no artigo 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis contendo a manchete e o art. 54. • Impressão sobre o art. 54 (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante). • Recursos visuais manipuláveis - Cartolina branca, tesoura, cola e pincéis coloridos. • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Painéis realizados pelas equipes. Avaliação da Aprendizagem.

Inicie a aula com questionamentos sobre a aula anterior e a pesquisa solicitada:

- 1. Vocês se recordam sobre qual foi o tema da nossa última aula?**
- 2. Sobre o que trata o Art. 54 do ECA?**
- 3. Realizaram a pesquisa com seus conhecidos? De modo geral, vocês acham que as pessoas conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente?**

Após essa conversa inicial, apresente o objeto de conhecimento, os objetivos e os critérios avaliativos para a aula.

**Art. 54
do ECA**

Construção de gráficos a partir de dados estatísticos

Objetivos:

- Agrupar dados;
- compreender os resultados e transformá-los em dados estatísticos;
- Produzir material informativo

Critérios avaliativos:

- É capaz de agrupar os dados e transformá-los em dados?
- Produz o painel, selecionando os dados mais significativos da pesquisa?

Seguida à apresentação do Objeto de conhecimento, objetivos e critérios avaliativos da aula, solicite que os estudantes se sentem em três grandes grupos para iniciar a contagem dos dados coletados. Cada grupo, juntos, fará a contagem de seus dados, podendo separar a contagem por questão, respostas dadas, faixa etária, gênero, respectivamente.

Após a contagem dentro dos grupos, no quadro de giz, faça a soma total das informações levantadas e, junto com os alunos, transformem os dados quantitativos em porcentagem, tornando os dados estatísticos. **Para isso, utilize a regra de três:**

$$\begin{array}{l} 280 = 100\% \\ 245 = x \end{array} \left| \begin{array}{l} \text{Suponha-se que foram 280 respostas no total.} \\ \text{Portanto, } 280 = 100\% \end{array} \right.$$

$$280x = 245 \cdot 100 \left| \begin{array}{l} \text{Suponha-se que 245 respostas foram de que NÃO conhecem o ECA.} \\ \text{Assim, buscaremos saber qual é a porcentagem referente as este valor} \\ \text{(valor de x)} \end{array} \right.$$

$$x = \frac{245 \cdot 100}{280} \left| \begin{array}{l} \text{Pela regra de três, cruzamos os valores. Seguindo os cálculos que seguem,} \\ \text{até chegar no resultado de 87,5\%. Para cada resultado quantitativo dos dados} \\ \text{pode se fazer o mesmo cálculo e chegar à porcentagem} \end{array} \right.$$
$$x = 87,5$$

Como esta questão tem apenas as alternativas SIM e NÃO, entende-se que se dos 100%, 87,5% responderam NÃO, para descobrir a porcentagem que responderam SIM basta fazer a diferença entre os dois números. Assim, é possível dizer que apenas 12,5% sabem o que é o ECA.

IMPORTANTE!

Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas! Você pode também solicitar a colaboração do aluno monitor da turma!

No caso de questões que tenham várias alternativas, **realize o cálculo com o quantitativo de cada alternativa**. Após estes resultados iniciais, instrua os estudantes a verificar também, a partir da porcentagem do resultado final, qual é a porcentagem de cada gênero e, posteriormente, de cada faixa etária. Este momento de transposição dos dados em porcentagem ocupa, minimamente, 40 a 50 minutos da aula.

Instrua os estudantes a organizar os dados de modo a informar os resultados da pesquisa. Este trabalho pode ser realizado em cartolina branca ou ainda em aplicativos de elaboração de painéis, como canva, Google apresentações.



Imagens geradas por IA

De acordo com as possibilidades do colégio, **analise o que é mais viável**. Assim, cada grupo fará um painel referente a uma das perguntas, de modo a evidenciar os dados mais marcantes de cada questão investigada.



Painéis são formas divertidas de construção do conhecimento, além das informações serem mais pontuais!

Exponha os trabalhos nas redes sociais do colégio e convide os estudantes a fazer o mesmo com seus trabalhos em suas próprias redes sociais.

Após a finalização das atividades, **disponibilize o link de acesso à Avaliação da Aprendizagem** (se for pelo *Google Forms*) <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> ou impressa, com as questões:



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



Nome: _____

1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula?

3. Se houver, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado?
Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (*Google Forms* - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.

2

Conhecendo o ECA e seus artigos iniciais

Objeto de conhecimento	Artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente; • Compreender o que é o estatuto e sua concepção de criança e adolescente; • Aplicar o conhecimento obtido por meio de Gamificação.
Componente Curricular	Todos os componentes curriculares
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas nos 4 primeiros artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Educatron, Vídeo com trecho de notícia. • Slides acessíveis, contendo o Quizzes. • Cards com os artigos da lei impressos (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante). • Atividades colaborativas em grupo; - Ferramentas digitais acessíveis. • Recursos visuais manipuláveis (Cartolina branca, tesoura, cola, pincéis coloridos); - Quadro, giz e apagador. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem, impressa ou pelo <i>Google Forms</i> . Contínua, formativa e inclusiva, por meio de instrumentos diversificados, como atividades gamificadas, quizzes, registros impressos e observação da participação individual e coletiva.

Inicie a aula com os **questionamentos para observar os conhecimentos prévios dos estudantes:**

1. **Você conhece ou já ouviu falar no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente?**
2. **O que é o ECA?**
3. **Você sabe até que idade o indivíduo é considerado criança?**
4. **Exiba o vídeo a seguir:**



https://www.youtube.com/watch?v=npZoCWt_6TU



Imagem gerada por IA

Em situações assim, qual é a Lei que assegura os direitos da criança?

Após estes questionamentos iniciais, **apresente aos estudantes o objeto de aprendizagem, os objetivos e os critérios avaliativos:**

Art. 1º, 2º, 3º e 4º do ECA

Objetivos:

- Conhecer os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do ECA;
- Compreender o que é o Estatuto e sua concepção de criança e adolescente;
- Aplicar o conhecimento obtido.

Critérios avaliativos:

- Sabe o que são os Artigos 1º, 2º, 3º e 4º do ECA?
- Compreende o que é o Estatuto e sua concepção de criança e adolescente?
- Aplica o conhecimento obtidos em situações diversas?

Recorte os *cards* nas **páginas 80 e 81 do material complementar** Apresente os artigos 1º, 2º, 3º e 4º aos estudantes, com a leitura em conjunto, **solicitando para que cada estudante escolhido venha até sua mesa, bata nas “cartinhas”** em que estará cada trecho dos artigos. e, **aquela que virar, peça para que ele faça a leitura** (a cada leitura, cole, na ordem correta, no quadro com uma fita adesiva):

A cada leitura, **dialogue com os estudantes**, levando-os a compreender o que diz cada um dos artigos.

Para fixar as informações apresentadas nos artigos do ECA, a próxima atividade consiste em um Quiz em formato de jogo, instrua os estudantes para a atividade:

1. **A turma é dividida em duas equipes;**
2. **Posiciona duas carteiras com 1 bichinho sonoro sobre elas, nos quais o participante de cada equipe corre e aperta-o, aquele que conseguir emitir o som primeiro tem o direito de dar a resposta.**

3. Acertou, marca ponto para a equipe. Errou, a outra equipe tem direito à resposta, podendo pontuar.
4. A professora apresenta as questões referentes aos artigos estudados, dá 30 segundos para as equipes refletirem.
5. Ao sinal da professora, os concorrentes correm até os bichinhos para apertá-los e ter o direito à resposta.
6. Cada questão vale 1 ou 2 pontos, a cada ponto, o docente pode premiar as Equipes com balas, chicletes ou bombons.

IMPORTANTE!

Não se esqueça de criar diferentes possibilidades para que os alunos com necessidades específicas participem ativamente da atividade!



Imagem gerada por IA

Veja o que há no QUIZZ!

<https://quizizz.com/join?gc=29279884>



QUIZ: Artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente



Preste atenção na pergunta, converse com a equipe e, ao sinal, corra para dar resposta adequada!

Cada acerto pode valer 1 ou 2 pontos!

1- O Estatuto da Criança e do Adolescente é representado pela Lei:

1- 8.069 de 13 de julho 1990.
2- 8.669 de 13 de junho de 1990.

1 ponto

2- O Estatuto da Criança e do Adolescente é popularmente conhecido como:

1- Lei da criança.
2- Eca.

2 pontos

3- Observe as frases :

I- É dever da família e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
II- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos.
III- O Eca dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Estão corretas as frases:

1- I, II e III.
2- II e III.

2 pontos

4- O artigo 4º do Eca trata sobre:

1- O dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
2- o que é considerado criança e o que é considerado adolescente para os efeitos desta lei.

1 ponto

5- A finalidade do Estatuto da criança e do adolescente é:

1- Fiscalizar se os direitos da criança e do adolescente estão sendo assegurados.
2- Dispor sobre a proteção integral da criança e do adolescente.

2 pontos

6- Observe o trecho:

***A garantia de prioridade compreende:**

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

O trecho trata-se de parágrafo único do:

1- Artigo 3º.
2- Artigo 4º.

2 pontos

7- Para o artigo 2º, considera-se adolescente:

1- O indivíduo com idade entre treze e dezoito anos.
2- O indivíduo com idade entre doze e dezoito anos.

2 pontos

8- O art. 3º discorre que:

1- Deve-se assegurar à criança e ao adolescente todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
2- Deve-se assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

1 ponto

9- Analise a situação:

"Leonardo está gripado há três semanas, seus pais não levaram-no ao médico, o que acabou complicando seu caso para pneumonia, acompanhada de insuficiência respiratória e, ainda assim, não levaram-no ao médico"

No caso de Leonardo, seus pais estão infringindo o artigo:

1- 2º que trata do desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente.

2- 4º que trata sobre a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.



2

10- Analise a seguinte situação:

Anelise fará doze anos em 18 de dezembro de 2025, seus tutores divulgaram fotos inadequadas dela em sites da internet e serão indiciados. De acordo com o art. 2º do Eca, Anelise é:

- 1- criança.
- 2- adolescente.



1

Após a realização do jogo, **convide e instrua os estudantes a produzir um painel**, em formato de mapa mental, com as informações mais importantes, para colocar em edital na escola. O painel pode ser produzido pelas duas equipes já formadas para o jogo.

Após a finalização das atividades, **disponibilize o link de acesso à Avaliação da Aprendizagem** (se for pelo *Google Forms*) <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> ou impressa, com as questões:



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



Nome: _____

1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houver, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (*Google Forms* - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.





3

Pela trilha do ECA: conhecendo os direitos de liberdade, respeito e dignidade da criança e adolescente

Objeto de conhecimento	Artigos 15 ao 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos 15 ao 18; • Compreender o que diz o Estatuto sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e do adolescente; • Aplicar o conhecimento obtido por meio de jogo de tabuleiro.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas nos artigos 15 ao 18, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides contendo o art. 15 ao 18 (organizados com linguagem clara e apoio visual); • Atividade lúdica, jogo de tabuleiro, cartões com as perguntas e o molde do dado impressos (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante). • Recursos visuais manipuláveis (tesoura e cola). • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva, considerando não apenas o resultado final, mas o processo de participação, envolvimento e compreensão dos estudantes durante as atividades), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> ; Observação da participação no jogo de tabuleiro; Registros orais e produções individuais ou coletivas.

Inicie a aula com os questionamentos para observar os conhecimentos prévios dos alunos para, em seguida, apresentar alguns conceitos iniciais sobre o ECA:

1. **Você conhece ou já ouviu falar no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente?**
2. **O que é o ECA?**
3. **Qual é a sua funcionalidade?**

Imagem gerada por IA



Imagine que um desconhecido tire uma foto de uma criança que seja seu familiar irmão (ã), primo (a), sobrinho(a). etc.. e poste em um site de práticas de pedofilia
Qual é a principal lei que vai defender, amparar os direitos dessa criança?

Conduza as discussões sobre a problemática e, em seguida, faça a apresentação inicial sobre o Estatuto, lendo os *cards* a seguir. Recorte-os na **página 82 do material complementar**.

Após estes questionamentos iniciais, apresente aos estudantes o objeto de aprendizagem, os objetivos e os critérios avaliativos:

Objetivos:

- Saber o que são os Artigos 15 a 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Compreender o que diz o Estatuto sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e do adolescente;
- Aplicar o conhecimento obtido por meio de jogo de tabuleiro.

Art. 15 a 18 do ECA

Critérios avaliativos:

- Toma conhecimento sobre os artigos 15 a 18 do ECA?
- Compreende o teor de que trata tais artigos?
- Demonstra indícios de aprendizagem do artigos por meio do jogo de tabuleiro?



freepik

Em seguida, apresente os Art. 15 ao 18 aos estudantes, com a leitura conjunta, solicitando para que cada estudante leia um trecho:

Capítulo II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

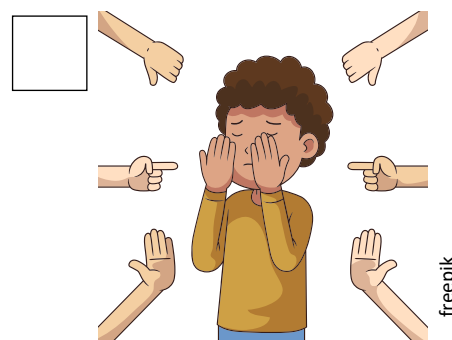
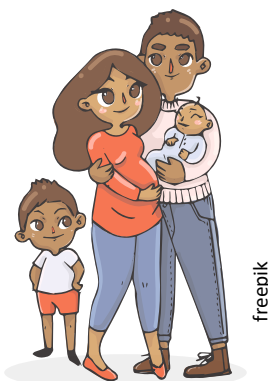
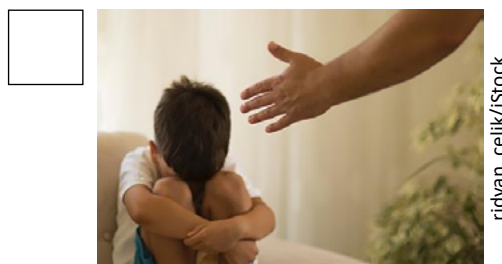
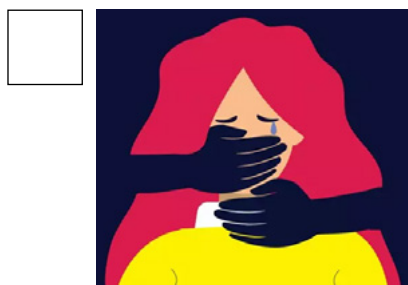
VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.



Com base na leitura, instrua os estudantes assinalar com um X apenas as imagens que garantem o direito das crianças e dos adolescentes conforme os artigos estudados:



Analisando o que discorrem os artigos 15 ao 18, **conduza os estudantes a descrever uma situação que vivenciou** ou vivenciada por pessoa próxima, em que teve um dos direitos apontados nestes artigos infringidos. Peça aos alunos que escrevam, em folha avulsa, o que vivenciaram.

Após 20 minutos, aproximadamente, oriente os estudantes a apresentarem aos colegas seus escritos, aqueles que não se sentirem à vontade podem apenas entregar a folha escrita.

Após as apresentações, divida a turma em duplas e lhes entregue **o Jogo de Tabuleiro “Corrida do ECA”, nas páginas 83 a 93 do material complementar** para testarem os conhecimentos sobre os artigos estudados, enquanto se divertem com a competição do jogo.

IMPORTANTE!

Importante! Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas!

Regras do jogo

Recorte os *cards*, o dados e os peões nas **páginas 82 a 92 do material complementar**. Monte os **pinos e os dados**, e siga as instruções de montagem:

1. Dobre cada cartão numerado, de modo que a parte branca cubra a pergunta.

2. Recorte e monte o dado.

- O jogo constitui-se em um percurso no qual os dois jogadores avançam as casas até alcançar a linha de chegada.
- Para chegar até o fim, jogue o dado. Ande as casas conforme o número indicado no dado.
- De acordo com a casa onde o jogador parar, deverá responder uma questão.
- O acerto dá direito a avançar à casa seguinte ou, conforme o indicado na casa, pular mais algumas casas à frente, atravessar o corredor, etc.
- Se errar pode ficar onde está e passar a vez ou retornar algumas casas.

Esteja sempre circulando pela sala, acompanhando os alunos no jogo. Além disso, exponha o quadro com os artigos no Educatron para que os estudantes se reportem a ele para responder às questões.

Próximo ao término da aula, **encoraje os estudantes a realizarem a Avaliação da Aprendizagem para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem por parte dos estudantes.



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



Nome: _____

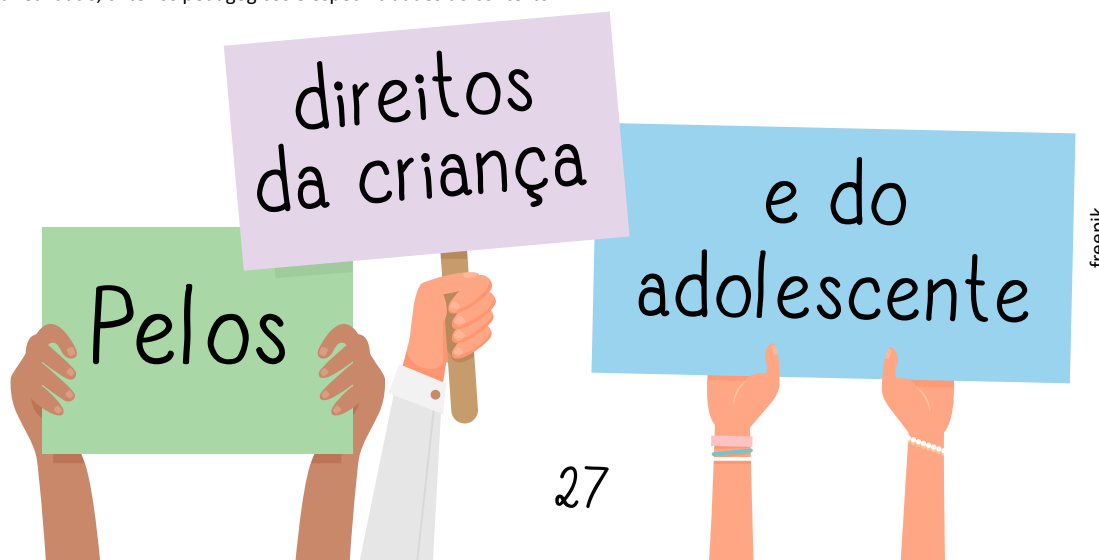
1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



4

Disseminando o ECA na comunidade: um ato de amor e cidadania pelas crianças e adolescentes

Objeto de conhecimento	Artigos 1º ao 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos 1º ao 5º; • Compreender o que diz o Estatuto sobre a concepção de infância e adolescência, os direitos fundamentais da criança e do adolescente e os responsáveis por garantir tais direitos; • Produzir meios para a disseminação dos conhecimentos sobre os art. 1º ao 5º.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação com Arte, História e Língua Portuguesa.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas nos artigos 1º ao 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis, contendo as obras de arte, quadro sobre a trajetória da visão sobre a infância e os art. 1º ao 5º. • Enquete impressa (Que pode ser adaptada pelo professor de acordo com a necessidade do estudante). • Ferramentas digitais acessíveis; Notebooks com acesso à internet; Celular ou câmeras fotográficas. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação impressa (contínua, formativa e inclusiva. ou pelo <i>Google Forms</i>).

Inicie a sua aula com uma enquete para fazer um levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes para, em seguida, apresentar alguns conceitos iniciais sobre o ECA:

1. Você conhece ou já ouviu falar no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente?

Sim

Não

2. Você sabe dizer qual é a função do ECA em nossa sociedade?

Sim

Não

3. Na sua opinião, até que idade a pessoa ainda é considerada criança?

Resposta: _____ anos.

Recolha a enquete com as respostas e guarde-a para utilizá-la em outro momento.

Após a enquete, apresente aos estudantes as obras de arte a seguir e faça questionamentos sobre as mesmas.

Jogos Infantis (Pieter Bruegel, 1560)



Pieter Bruegel, o Velho — Children's Games (1560). Domínio público.

1. Sobre o que trata essa obra de arte?
3. Observe com atenção as cenas representadas nessa tela e reflita: Quais ideias de infância que vêm à sua mente?
4. Quais brincadeiras consegue identificar?
5. Na sua infância, qual brincadeira você mais gostava?

Você sabia!

As brincadeiras infantis representadas nessa obra, datam do ano de 1560, aproximadamente, 450 anos atrás!

Após este momento inicial, dialogue com os estudantes sobre a história da visão de infância ao longo da história, realizando a leitura compartilhada do quadro a seguir.

A infância ao longo da história

ATÉ O SÉCULO XII, a mortalidade infantil era extremamente elevada. As crianças raramente sobreviviam aos primeiros anos de vida. Segundo pesquisas históricas, a arte medieval sequer distinguia as crianças dos adultos, reflexo de um mundo em que a infância não ocupava um lugar próprio.

NO SÉCULO XIII, ainda não havia um reconhecimento claro da criança como sujeito, mas surgem mudanças graduais. As crianças precisariam ser formadas, moldadas e disciplinadas — como “páginas em branco” a serem preenchidas.

ENTRE OS SÉCULOS XV, XVI E XVII, surge do sentimento de infância, e faz com que a criança seja vista como merecedora de cuidados especiais. Desenvolvem-se práticas que separam o universo infantil do adulto, preparando a criança para sua futura inserção no mundo adulto.

ATUALMENTE, a infância é reconhecida como uma fase decisiva do desenvolvimento humano. Políticas públicas e programas sociais valorizam experiências da primeira infância, promovendo o direito à proteção, ao brincar, à educação e ao desenvolvimento integral, considerando a criança como sujeito de direitos e cidadania.

Após leitura e diálogo sobre a breve trajetória da infância, retorne ao assunto do Estatuto da Criança e do Adolescente, contextualizando que, se a criança passa a ser vista em suas especificidades e como um cidadão, ela passa, também, a ter direitos, **mas quem assegurará que esses direitos sejam cumpridos?**

Retorne, portanto, à enquete feita no início da aula: faça a contagem de quantos estudantes que conhecem o Estatuto, a sua função e a idade em que indivíduo ainda é considerado criança.

A partir do resultado, indague aos estudantes: **será que nossa sociedade possui estes conhecimentos sobre o ECA? Será que este conhecimento é importante para todas as pessoas? Por quê?**

Pensando nesses questionamentos, apresente os objetivos da aula e os critérios de avaliação:

Art. 1º a 5º do ECA

Objetivos:

- Saber o que são os Artigos 1º a 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Compreender o que diz o Estatuto sobre a concepção de infância e adolescência, os direitos fundamentais da criança e do adolescente e os responsáveis por garantirem tais direitos;
- Analisar a importância do ECA e criar meios para sua disseminação a todos os níveis da sociedade.

Crítérios avaliativos:

- Compreende sobre o que tratam os Artigos 1º a 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Analisa o que diz o Estatuto sobre a concepção de infância e adolescência, os direitos fundamentais da criança e do adolescente e os responsáveis por garantirem tais direitos?
- Analisa a importância e cria meios eficazes para sua disseminação?

Após a apresentação dos objetivos e critérios avaliativos, contextualize os estudantes sobre o ECA.



Faça a leitura de trechos dos Art. 1º ao 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, pedindo para que alguns estudantes realizem a leitura dos artigos, procedendo em uma leitura conjunta.

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Após a leitura, discussão e compreensão sobre o que trata em cada artigo, questione os estudantes: **O que poderíamos fazer para que estes conhecimentos estejam mais próximos de todos os cidadãos de uma forma mais compreensível do que a linguagem utilizada na lei?**

Seguido ao levantamento de possibilidades dadas pelos estudantes, avalie o que pode ser viável e eficaz para o cumprimento do terceiro objetivo da aula e acate totalmente as sugestões dos estudantes ou parcialmente. Contudo, algumas sugestões de produções, para que os estudantes divulguem o Estatuto e sua importância para a nossa sociedade atual, são:

Produção de painel no Canva (para publicação nas redes sociais dos estudantes e do colégio).

Produção de Meme (para publicação nas redes sociais dos estudantes e do colégio). Para se situar sobre o Meme, acesse o link:



<https://www.youtube.com/watch?v=rtRYs58OF5I>

Produção de panfleto/folder com as principais informações dos artigos em estudo, com imagens chamativas, que também pode ser produzido no Canva ou manualmente (podendo, posteriormente, ser distribuídos pelos estudantes com acompanhamento da professora). Para conhecer sobre o panfleto/folder, acesse o link:



https://www.youtube.com/watch?v=wmSb_WL2CDs

Produção de Mapa Mental sobre os artigos em cartolina, de modo que possa ser reproduzido e, posteriormente, colado nos principais locais de movimentação dos cidadãos, como postos de saúde, escolas, supermercados.

Produção de Vlog sobre os artigos abordados (para publicação nas redes sociais dos estudantes e do colégio). Para conhecer e entender sobre o Vlog, acesse o link:



<https://www.youtube.com/watch?v=xLCu3aTAasQ>

Para estas produções, divida a turma em, pelo menos, **quatro ou cinco equipes**, se necessário, compartilhe com os estudantes os links pelo Classroom para uma maior compreensão sobre as propostas. Além disso, é importante que, **qualquer forma de produção deve ter a finalidade de divulgação**. Muito provavelmente, as produções não serão finalizadas nesta aula, decida, portanto, se o término será durante a próxima aula ou se será realizado extraclasse.

Próximo ao término da aula, encoraje os estudantes a realizarem a Avaliação da Aprendizagem para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado e você captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem por parte dos estudantes.

IMPORTANTE!

Crie diferentes possibilidades para que os alunos com necessidades específicas participem ativamente da atividade! Não se trata apenas de atividades diferentes. São ações estratégicas que promovem o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e habilidades comunicativas, alinhadas às demandas atuais da educação. Se há participação ativa, reflexão e autoria do estudante, há metodologias ativas acontecendo.



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.





5

Conhecendo os deveres do Estado, dos pais e dirigentes de ensino em relação à Educação das crianças e adolescentes por meio de jogos

Objeto de conhecimento	Artigos 54 ao 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos supracitados do Estatuto da Criança e do Adolescente; • Compreender o que diz o Estatuto sobre o dever do estado, dos pais e dirigentes de ensino quanto ao direito à Educação de crianças e adolescentes; • Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados por meio de Aprendizagem por meio de jogos e Estudo de caso.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas nos artigos 54 ao 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis, contendo a manchete, o vídeo, as explicações sobre o ECA e os artigos. • Quadro com os artigos do ECA, as cartas do Uno do ECA e os quadros com os estudos de caso impressos (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante). • Notebooks com acesso à internet. • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> .

Inicie a aula com a leitura da manchete e **exibição de uma reportagem** em vídeo publicada pelo G1 e, em seguida, apresente alguns conceitos iniciais sobre o ECA:

Censo escolar registra aumento na evasão escolar no ensino médio

Levantamento é o principal retrato da educação básica, formada por três grandes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio



<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/22/censo-escolar-registra-aumento-na-evasao-escolar-do-ensino-medio.ghtml>

Após o visionamento do vídeo, **faça alguns questionamentos orais aos estudantes:**

- 1. Sobre o que trata a reportagem?**
- 2. Você conhece pessoas que estão nesta situação, ou seja, ao adentrar no Ensino Médio não o finaliza e abandona a escola?**
- 3. Em sua opinião, de quem é o dever de cuidar para que isso não aconteça?**

Após essa conversa inicial, **apresente os objetivos da aula e os critérios de avaliação:**

Você sabia!

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei no 8.069 de 13 de julho de 1990, é a principal lei que assegura os direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Assim, é este Estatuto que determina de quem é o dever de garantir a conclusão da educação básica.

Art. 54 a 56 do ECA

Objetivos:

- Conhecer estes artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Compreender o que diz o Estatuto sobre o dever do estado, dos pais e dirigentes de ensino quanto a direito à educação de crianças e adolescentes;
- Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados por meio de aprendizagem, jogos e estudos de casos.

Critérios avaliativos:

- Compreende o teor dos artigos 54 a 56 do ECA?
- Aplica os conhecimentos obtidos dos artigos em estudo em proposta de jogo?
- Avalia situações e cria meios viáveis para resolvê-las?

Realize a leitura dos artigos 54 ao 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Peça para que alguns estudantes realizem a leitura** dos artigos para que fiquem mais atentos ao teor de cada artigo e inciso.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Após a leitura, discussão e compreensão sobre o que trata em cada artigo, questione aos estudantes: **E, então, qual lei trata sobre a evasão observada na reportagem? De quem é o dever por zelar da educação escolar da criança e do adolescente? Qual artigo trata disso?**

Para melhor fixação dos aspectos tratados nestes artigos, motive os estudantes a realizar uma ou duas rodadas do **Uno do ECA**, nas **páginas 94 a 104 do material complementar**. Nele, os estudantes seguem basicamente as mesmas regras do jogo de uno original, no entanto, os números são substituídos por artigos da lei 8.069/1990.

As cartas apresentam trechos dos artigos 54, 55 e 56 do ECA. O objetivo do jogo é ser o primeiro jogador a ficar sem as cartas na mão, utilizando todos os meios para impedir que os outros jogadores façam o mesmo.

Assim, a associação deve ser tanto pelos trechos do ECA, como pelas cores, como no exemplo ao lado:

Portanto, o jogador pode tanto utilizar uma carta amarela ou outra de outra cor que tenha o mesmo trecho do ECA.

Além destas associações, o jogador tem as cartas de ação que possuem os seguintes efeitos:



Comprar duas cartas (+2)

Ao se jogar esta carta, o próximo jogador precisa comprar duas cartas e perderá a vez.



Pular

O jogador seguinte perde a vez.



Coringa

Pode ser jogada durante qualquer momento do jogo independente da carta se encontra no topo de descarte, exceto quando a última carta for uma das penalizações +2 ou +4.



Inverter

O sentido do jogo inverte-se. Assim, se o sentido do jogo está no sentido horário, quando jogada uma carta "Inverter", joga-se em sentido anti-horário, e vice-versa.

Coringa (+4)

O jogador seguinte apanha quatro cartas do baralho e perde o turno.



IMPORTANTE!

Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas, tornando-os mais participativos e ativos nas atividades!

Após as rodadas do jogo, ainda nas mesmas equipes, entregue um **estudo de caso para ser avaliado pelos estudantes**, de modo que analisem a qual artigo do Eca se encaixa, além de buscar uma solução para a situação.



Estudo de caso 1

Amanda tem 7 anos de idade e seus pais permitem que ela falte com frequência à aula, ficando até duas semanas sem ir à escola. A equipe da escola está sempre entrando em contato com a família, já chegou a ir à casa de Amanda para dialogar com seus pais a respeito da importância de frequentar as aulas regularmente. No entanto, a equipe percebe que seus esforços não têm efeito, pois Amanda continua faltando às aulas.

Pense nesta situação e busque uma solução pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto ao dever da escola e dos pais em relação à frequência da Amanda na escola.



Estudo de caso 2

Arthur tem 15 anos de idade e não gosta de estudar. Seus pais não valorizam a escola pois, eles também não frequentaram a escola quando criança. Por isso, quando Arthur concluiu o ensino Fundamental, seus pais não fizeram a matrícula para o Ensino Médio.

Neste caso, quem deve agir? Quais artigos do ECA foram ignorados? O que fazer então?



Estudo de caso 3

Gustavo tem 12 anos e Juliana é sua mãe. Ele é autista, nível 1 e sua mãe, ao tentar matriculá-lo, a escola/secretária recusou sua matrícula para o ensino fundamental - anos finais. A secretária daquela instituição justificou que crianças com esta “doença” devem procurar uma entidade ou instituição especializada.

A secretária tomou a atitude correta? O que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as crianças portadoras de necessidades especiais?

Após todos finalizarem o estudo, um integrante de cada equipe compartilha de que forma foi solucionado o caso que lhes fora proposto.

Próximo ao término da aula, motive **os estudantes realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você, professor, capture, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes.



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



6

Jogando dados: percursos divertidos para o conhecimento do ECA

Objeto de conhecimento	Artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a discussão sobre a aplicação dos direitos e deveres nas situações do cotidiano; • Desenvolver habilidades de argumentação e resolução de problemas, por meio de desafios baseados no ECA; • Incentivar a pesquisa e a interpretação dos artigos do ECA. • Estabelecer conexões entre teoria e prática, contextualizando o ECA na realidade dos alunos.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação em Sociologia e História.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis, contendo a manchete, o vídeo, as explicações sobre o ECA e os artigos, • Recursos visuais manipuláveis: 1 dado (com números de 1 a 6); cartas com perguntas ou situações, relacionadas ao ECA; tabuleiro opcional (desenhado ou impresso com diferentes espaços para avançar, retroceder e desafios); Peões (pode ser qualquer marcador, como tampinhas, botões, ou fichas). • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> .

Inicie a aula dividindo a turma em equipes de quatro estudantes e entregue a eles a versão impressa do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Indague aos estudantes se eles sabem do que se trata o texto que eles têm em mãos e para que ele serve.

Exiba o vídeo a seguir, que explana de modo geral o teor do Estatuto da Criança e do Adolescente e peça para que os estudantes anotem, em um cartão, um ponto importante sobre o vídeo assistido.



<https://www.youtube.com/watch?v=rHCUPXCuBv8>

Após assistir vídeo, **questione os estudantes:**

- 1. Você já conhecia o Eca antes desta aula?**
- 2. Que ponto importante você anotou?** (Peça para que três ou quatro estudantes leiam suas anotações).

Seguido à leitura por alguns estudantes, **motive-os a encontrarem na versão impressa do ECA qual artigo trata do ponto que eles anotaram.** Esta atividade é importante para que eles folheiem o Estatuto e tenham uma visão geral dos artigos de sua estrutura. Passe pelas equipes, orientando, ajudando-os a se localizarem, a realizar a leitura *scanner*, que é aquela que busca por informações específicas em um texto.

A próxima atividade e o cerne desta aula é o **Jogo de Dados do ECA.**

PREPARAÇÃO PARA O JOGO

Organize o espaço de modo que todas as equipes estejam voltadas para o centro e que possam ver a mesa com o tabuleiro, o dado e as cartas. Cada equipe escolhe um peão para avançar o jogo.

Recorte o tabuleiro, o dado, os peões e os cartões de jogo nas **páginas 105 a 139 do material complementar.** Organize o espaço de modo que todas as equipes estejam voltadas para o centro e que possam ver a mesa com o tabuleiro, o dado e as cartas.

Instruções

- 1.** Cada equipe escolhe um peão para jogar.
- 2.** Cada equipe, por vez, rola o dado para avançar no tabuleiro.
- 3.** O número que sair no dado indicará quantas casas a equipe deve avançar. Caso a equipe caia em uma casa que exija uma carta, ela deve pegar uma Carta de Pergunta ou Carta de Situação.
- 4.** A equipe conversa entre si, reflete, analisa e tem dois minutos para dar a sua resposta, consultando a anotação de cada integrante da equipe e o Estatuto impresso.

COMO JOGAR

Tipos de casas do Tabuleiro

Casa Desafio de reflexão

Encenar uma situação-problema ou realizar uma reflexão em grupo.

Casa de Avanço

Responder corretamente à pergunta ou situação permite avançar duas casas extras.

Casa de Retorno

Se a resposta for incorreta, o time perde a vez e retrocede uma casa.

Carta Pergunta

As cartas de pergunta terão questões sobre os artigos mais relevantes do ECA (descritas nas cartas do jogo).

Cartas de Situação

As cartas de situação descrevem situações hipotéticas em que os alunos devem aplicar o que aprenderam sobre o ECA, (descritas nas cartas do jogo).

Variação de Desafios

Desafio de Encontro

A equipe encontra um problema específico no tabuleiro (exemplo: discriminação, abuso de direitos). Eles devem discutir e apresentar possíveis soluções baseadas no ECA.

Desafio de Reflexão

Reflexões rápidas sobre os artigos do ECA, com uma resposta criativa ou uma proposta de ação.

Cartões de jogo

Cartão pergunta (10 questões)

Cartão situação (10 questões)

Desafio de encontro (10 questões)

Desafio de reflexão (5 questões)

Casa de avanço (5 questões)

IMPORTANTE!

Importante! Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas, e principalmente, acompanhá-lo mais de perto para auxiliá-lo e orientá-lo adequadamente para que ele não se sinta excluído da atividade por incapacidade de executá-la!

Professor, este é um jogo complexo, que exige bastante reflexão e pesquisa. Portanto, de acordo com o início do jogo, observe se o tempo para resposta às perguntas precisa ser ampliado.

Estimule a competição, o interesse e a diversão dos estudantes, estabelecendo premiações por ranking, isto é, todos serão premiados, no entanto, será de acordo com o esforço durante o jogo que lhe inculcará uma colocação melhor e, portanto, uma premiação melhor. Não deixe de dialogar com a equipe da escola para ajudá-lo com as premiações!!!

Próximo ao término da aula, motive **os estudantes realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você, professor, captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes.



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



7

Gincana: desvendando o ECA

Objeto de conhecimento	Artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a pesquisa e a interpretação do ECA, tornando os alunos mais conscientes sobre seus direitos e deveres; • Desenvolver habilidades de argumentação e pensamento crítico, aplicando os conteúdos do ECA a situações reais; • Incentivar o trabalho em equipe e a colaboração, promovendo o respeito e a empatia; • Relacionar o ECA ao cotidiano dos estudantes, mostrando sua importância na escola e na sociedade; • Criar um ambiente dinâmico e participativo, tornando o aprendizado mais envolvente.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares
Número de aulas	4 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Expostos a cada momento da gincana. • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva. realizada pelo professor durante os momentos da gincana.

Professor, esta é uma atividade que consiste em uma abordagem dos artigos mais utilizados do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de modo a promover o conhecimento e a reflexão, por meio de desafios interativos que incentivem a cidadania, o protagonismo juvenil e o trabalho em equipe.

Atente-se para as atividades de cada momento da gincana e, principalmente, nos materiais a serem utilizados para que, no momento da gincana, tudo ocorra bem!

IMPORTANTE!

Não se esqueça de adaptar atividades aos alunos com necessidades específicas e orientar o aluno monitor para que o auxilie também caso haja a necessidade!

Gincana

1. Organização

Estrutura

- A gincana é composta por 5 desafios relacionados aos artigos mais utilizados do ECA.
- Cada desafio tem uma pontuação específica e a equipe que acumular mais pontos será a vencedora.
- Um professor ou mediador será responsável por organizar as atividades e julgar as respostas.

2. Desafios

- **Desafio 1:** Caça aos direitos (artigos 4º, 5º, 15 e 16)
- **Desafio 2:** Verdadeiro ou Falso? (Artigos 53, 54 e 58 – Direito à Educação)
- **Desafio 3:** Role-Playing – Justiça em Cena (Artigos 70, 74 e 80 – Proteção contra Violência);
- **Desafio 4:** Quiz Relâmpago – O Conselho Tutelar (Artigos 98, 131 e 136);
- **Desafio 5:** Linha do Tempo dos Direitos (Artigos diversos)

Desafio 1 – Caça aos Direitos (Artigos 4º, 5º, 15 e 16)

Objetivos

- Encontrar os direitos das crianças e adolescentes escondidos em frases misturadas.
- Levar os participantes a identificar, compreender e refletir sobre direitos fundamentais da criança e do adolescente de forma dinâmica e divertida.

Preparação

- Recorte frases incompletas relacionadas aos direitos previstos nos Artigos 4º, 5º, 15 e 16 do ECA.
- Espalhe essas frases pelo espaço da gincana (sala de aula, quadra, pátio etc.), escondendo-as em locais de fácil acesso.
- Cada frase deve estar em um papel dobrado ou plastificado, numerado para controle.

Missão dos Participantes

- Os participantes devem correr, procurar e encontrar os papéis escondidos.
- Após encontrar uma frase, a equipe deve completá-la corretamente com base nos direitos previstos no ECA.
- Se a frase já estiver completa, a equipe deve explicar com suas palavras o que aquele direito significa.

Frases para o Caça aos Direitos

Artigo 4º Direito à Prioridade

- “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à _____.”

- “A criança e o adolescente devem ter acesso aos direitos fundamentais com _____ prioridade em relação aos demais cidadãos.”
- “A proteção integral de crianças e adolescentes é responsabilidade da _____. (família, sociedade e Estado)”

Artigo 5º (Direito à Proteção Integral)

- “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e _____. (opressão)”
- “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da _____. (criança e do adolescente)”
- “É proibido submeter crianças e adolescentes a tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou _____. (constrangedor)”

Artigo 15 (Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade)

- “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à _____. (dignidade)”
- “O direito à liberdade assegura à criança e ao adolescente a liberdade de expressão, de crença e de _____. (opinião)”
- “O respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e _____. (crenças)”

Artigo 16 (Direito à Liberdade)

- “É garantido à criança e ao adolescente o direito de ir, vir e estar nos _____. (logradouros públicos e espaços comunitários)”
- “A criança e o adolescente têm direito à liberdade de brincar, praticar esportes e participar de atividades _____. (culturais e artísticas)”
- “É direito da criança e do adolescente participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação de qualquer _____. (natureza)”

Pontuação

- 5 pontos para cada frase encontrada.
- 10 pontos para cada frase corretamente completada ou explicada.
- Bônus de 5 pontos se toda a equipe conseguir justificar a importância do direito citado.

Tempo de execução

- Tempo limite de 20 minutos para encontrar e responder às frases.

Recursos permitidos

- Durante o desafio, as equipes podem consultar uma cópia impressa do ECA se necessário (opcional, conforme o grau de dificuldade que quiser aplicar).

Desafio 2 – Verdadeiro ou Falso? (Artigos 53, 54 e 58 – Direito à Educação)

Objetivos

- Identificar afirmações verdadeiras ou falsas sobre o ECA.
- Testar os conhecimentos dos participantes sobre os direitos educacionais garantidos pelo ECA, promovendo a reflexão crítica por meio de afirmações que devem ser julgadas como verdadeiras ou falsas.

Artigos Trabalhados

- Art. 53- Direito à Educação
- Art. 54- Dever do Estado com a educação
- Art. 58-A- Educação inclusiva

Organização da turma

- Divida a turma em equipes com o mesmo número de participantes.
- Cada equipe receberá duas placas ou cartaz com as palavras “Verdadeiro” e “Falso”

Rodadas

- O professor/mediador lê frases sobre o ECA, e as equipes devem levantar uma placa com “Verdadeiro” ou “Falso”.
- Exemplo de afirmação: “O ECA estabelece que apenas as crianças até 12 anos têm direito à educação.” (FALSO – o direito se estende até a adolescência).
- Após ouvir a frase, as equipes terão 10 segundos para decidir e mostrar sua resposta.

Lista de Afirmações (Verdadeiro ou Falso)

1. (V). Toda criança e adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Art. 53)
2. (F). Apenas os adolescentes que trabalham têm direito à escola pública e gratuita. (Art. 54)
3. (V). É dever do Estado assegurar o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Art. 58-A)
4. (V). Os pais ou responsáveis têm o dever de matricular seus filhos na rede regular de ensino. (Art. 55)
5. (F). A educação básica obrigatória é somente até os 12 anos. (Art. 54)
6. (V). A criança e o adolescente têm direito de ser respeitados por seus educadores. (Art. 53, inciso II)
7. (F). O ECA permite que crianças em idade escolar fiquem fora da escola se estiverem fazendo cursos técnicos. (Art. 54)
8. (V). O acesso à escola pública e gratuita é direito de todos, inclusive para os que não possuem documentos pessoais (interpretação com base no ECA e legislações complementares).
9. (F). A escola pode negar matrícula a crianças com deficiência se não tiver estrutura física adequada. (Art. 58-A).
10. (V). A criança e o adolescente têm direito de contestar critérios avaliativos e recorrer de decisões escolares. (Art. 53, inciso III)

Rodadas

- Cada resposta correta vale 10 pontos.
- Se a equipe justificar corretamente a resposta (opcional), ganha 5 pontos extras.

Duração estimada

- Tempo limite de 20 a 25 minutos para realização de todas as perguntas.

Materiais necessários

- Cartazes/Placas com “Verdadeiro” e “Falso” (um par por equipe).
- Imprima em papel A4, de preferência colorido (verde para “Verdadeiro” e vermelho para “Falso”. para melhor visualização).
- Cole em papelão ou cartolina para mais resistência, ou plastifique, se possível.
- Quadro de pontuação (placar).
- Apito/Cronômetro ou sinal para marcar o tempo.
- Cópia impressa das afirmações (para o mediador).

Dicas

- Use um cronômetro visível para estimular a agilidade nas respostas.
- Toque um som divertido a cada resposta correta, ou um som diferente para respostas erradas, criando um clima de gincana atraente.

Desafio 3 – *Role-Playing* – Justiça em Cena (Artigos 70, 74 e 80 – Proteção contra Violência)

Objetivos

- Encenar situações de violação de direitos e propor soluções com base no ECA.
- Estimular o pensamento crítico e empático por meio da dramatização de situações que envolvem a violação ou proteção dos direitos das crianças e adolescentes, reforçando a importância da denúncia, da prevenção e da ação cidadã.

Artigos Trabalhados

- Art. 70 – Dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação de direitos.
- Art. 74 – Mobilização da comunidade para proteção de crianças e adolescente.
- Art. 80 – Proibição de produtos com cenas de violência dirigidas a crianças e adolescentes.

Formação dos grupos

- Divida os participantes em 3 a 5 grupos com no mínimo 4 integrantes cada.

Distribuição de Temas

- Cada grupo sorteia ou recebe um roteiro-tema com base em um dos artigos. Eles deverão criar uma pequena encenação (sketch teatral. com duração de 3 a 5 minutos).

Temas/Roteiros sugeridos para os grupos

Grupo 1 – Artigo 70

- Cena: Uma professora percebe sinais de violência física em uma aluna e decide agir para proteger a criança.
- Mensagem central: Todos têm o dever de prevenir e denunciar casos de violência.

Grupo 2 – Artigo 74

- Cena: Moradores de um bairro se reúnem para criar um grupo de proteção da infância, após perceberem situações de negligência na comunidade.
- Mensagem central: A proteção começa na comunidade e exige união.

Grupo 3 – Artigo 80

- Cena: Uma loja vende jogos e revistas com cenas violentas para menores de idade. Uma mãe denuncia o caso ao conselho tutelar.
- Mensagem central: Crianças têm direito a uma formação livre de conteúdos violentos e inadequados.

Grupo 4 – Mistura dos três artigos

- Cena: Uma criança sofre *bullying* e violência doméstica. A escola, a família e a comunidade se mobilizam para protegê-la.
- Mensagem central: A proteção integral exige ação conjunta.

Grupo 5 – Improviso com apoio do ECA

- Cena: O grupo cria livremente uma situação de ameaça aos direitos e mostra como resolvê-la, usando os artigos 70, 74 e/ou 80.
- Mensagem central: Conhecer o ECA ajuda a agir com cidadania.

Criação e Ensaio

- Os grupos terão 20 a 30 minutos para criar, ensaiar e preparar sua cena. Eles podem improvisar, usar figurinos, objetos e o que tiverem à disposição.

Apresentação

- Cada grupo apresenta sua dramatização para os colegas e avaliadores.
- Após cada apresentação, os demais participantes podem comentar brevemente sobre o que aprenderam com a cena.

Avaliação das Apresentações/ Pontuação

Poderá montar um painel de jurados (educadores ou alunos convidados, ou usar votação do público. Use os seguintes critérios (nota de 0 a 10):

- Clareza da mensagem sobre os direitos do ECA.
- Criatividade (coerência com o ECA e expressão corporal).
- Participação de todos os membros.
- Respeito ao tempo.
- Capacidade de sensibilizar o público.
- A equipe tem 5 minutos para criar e apresentar uma encenação mostrando o problema e uma solução com base no ECA.

Materiais Sugeridos

- Roteiros impressos (ou sorteio dos temas).
- Espaço para encenação (sala ampla, quadro, pátio, palco improvisado).
- Apetrechos livres (lenços, folhas, caixas, cadeiras para representar objetos).
- Cópias dos artigos do ECA, que queiram consultar.

Encenação/ Sugestão

Roteiro de Encenação – Gincana sobre o ECA

Tema geral: Proteção contra a violência

Artigos trabalhados: 70, 74 e 80

Instruções para os grupos

1. Leiam com atenção o tema do seu grupo.
2. Criem uma encenação de 3 a 5 minutos sobre a situação proposta.
3. Todos os integrantes devem participar da dramatização.
4. Usem criatividade! Vocês poderão improvisar falas, usar objetos como cenário e criar finais que reforcem os direitos das crianças e adolescentes.
5. Ensaio livre: Tempo de preparo: 20 a 30 minutos.

Grupo 1 – Tema: Sinais de Violência na Escola

- Base legal: Artigo 70 do ECA
- Uma professora nota marcas suspeitas em uma aluna e decide conversar com ela e acionar o Conselho Tutelar.
- Mensagem: É dever de todos prevenir e denunciar situações de violência.

Grupo 2 – Tema: A Comunidade se Mobiliza

- Base legal: Artigo 74 do ECA
- Moradores se unem após identificar casos de maus-tratos e abandono em sua vizinhança. Eles buscam apoio da escola e do posto de saúde.
- Mensagem: A proteção da infância começa com a mobilização da comunidade.

Grupo 3 – Tema: Venda de Produtos Violentos para Crianças

- Base legal: Artigo 80 do ECA
- Uma loja vende jogos e revistas com violência a um menor de idade. Um adulto observa a situação e faz uma denúncia.
- Mensagem: Produtos com conteúdo violento não podem ser oferecidos a crianças e adolescentes.

Grupo 4 – Tema: Unidos pela Proteção

- Base legal: Artigos 70, 74 e 80 combinados
- Uma criança sofre *bullying* e violência em casa. A escola, a vizinhança e a família se unem para ajudá-la e proteger seus direitos.
- Mensagem: Quando todos se unem, os direitos se cumprem de verdade.

Grupo 5 – Tema Livre com Base Legal

- Base legal: Artigos 70, 74 e 80 (uso livre)
- O grupo cria sua própria situação de violação de direitos e apresenta uma solução embasada no ECA.
- Mensagem: Conhecer o ECA é a chave para transformar realidades.

Dicas para a apresentação

- Deem nome aos personagens.
- Representem com emoção e responsabilidade.
- Destaquem qual artigo do ECA foi mais importante na solução do caso.

Tempo de apresentação

Máximo de 5 minutos

Tempo de preparação

20 a 30 minutos

Frase de incentivo para entrega aos grupos:

Vocês estão assumindo o papel de defensores da infância. Usem o ECA como sua ferramenta de justiça!

Desafio 4 – QUIZ Relâmpago – O Conselho Tutelar (Artigos 98, 131 e 136)

Objetivos

- Responder perguntas rápidas sobre o papel do Conselho Tutelar.
- Reforçar, de forma rápida e dinâmica, os conhecimentos dos participantes sobre o papel do Conselho Tutelar e sua importância na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Artigos Trabalhados

- Art. 98- Casos de aplicação de medidas protetivas.
- Art. 131- Natureza e função do Conselho Tutelar.
- Art. 136- Atribuições do Conselho Tutelar.

Organização da turma

- Divida a turma em equipes com o mesmo número de participantes.
- Cada equipe receberá quatro placas com as letras “A”, “B”, “C” e “D”.

Rodadas

- O professor/mediador lê frases sobre o ECA, e as equipes devem levantar uma placa com as letras “A”, “B”, “C” e “D”, conforme acharem a resposta correta.
- Após ouvir a frase, as equipes terão 10 segundos para decidir e mostrar sua resposta.

Pontuação

- 10 pontos para cada questão respondida corretamente.

▶ <https://quizizz.com/join?gc=29279884>

- Bônus de 5 pontos se toda a equipe conseguir justificar corretamente a resposta (opcional).

Questões do QUIZ

1. (Art. 131). O que é o Conselho Tutelar?
 - a. Um serviço de assistência social
 - b. Um tribunal especial
 - c. Um órgão autônomo, não jurisdicional
 - d. Um departamento da escola
 - Resposta: C
2. (Art.136). Qual é uma das principais funções do Conselho Tutelar?
 - a. Investigar crimes
 - b. Prender infratores
 - c. Aplicar medidas de proteção
 - d. Julgar adolescentes
 - Resposta: C
3. (Art. 98). Quando o Conselho Tutelar pode intervir?
 - a. Quando a criança está doente
 - b. Quando há violação ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente
 - c. Quando a criança tira nota baixa
 - d. Quando os pais querem viajar
 - Resposta: B



4. (Art. 136). O Conselho Tutelar pode requisitar serviços públicos em quais áreas?

- a. Turismo e lazer
- b. Cultura e segurança
- c. Saúde, educação e assistência social
- d. Transporte e comércio

• Resposta: C

5. (Art. 131). O Conselho Tutelar é:

- a. Temporário e ligado ao judiciário
- b. Permanente e autônomo
- c. Religioso e voluntário
- d. Administrado por empresas privadas

• Resposta: B

6. (Art. 136). Uma das ações do Conselho Tutelar é:

- a. Vender produtos educativos
- b. Promover festas comunitárias
- c. Representar crianças e adolescentes em processos administrativos e judiciais
- d. Criar novas leis

• Resposta: C

7. (Art. 98). Quando a família deixa de cumprir com seus deveres, o Conselho Tutelar pode:

- a. Afastar os pais
- b. Multar a escola
- c. Aplicar medidas de proteção à criança
- d. Encaminhar a criança para adoção imediata

• Resposta: C

8. (Art. 136). O Conselho Tutelar pode agir por:

- a. Denúncia de qualquer pessoa ou por iniciativa própria
- b. Apenas com autorização judicial
- c. Pedido dos professores apenas
- d. Ordem do prefeito

• Resposta: A

9. (Art. 136). Qual das opções não é uma atribuição do Conselho Tutelar?

- a. Encaminhar crianças para acolhimento institucional
- b. Investigar crimes e prender culpados
- c. Promover o encaminhamento aos serviços públicos
- d. Acompanhar casos de violação de direitos

• Resposta: B

10. (Art. 131). O Conselho Tutelar deve:

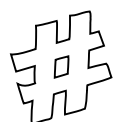
- a. Trabalhar só com adolescentes em conflito com a lei
- b. Fiscalizar apenas escolas
- c. Zelar pelos direitos garantidos no ECA
- d. Fazer campanhas eleitorais

• Resposta: C



Quando bem aplicada, a gamificação faz com que o aluno:

- deixe de ser passivo;
- se envolva em desafios significativos;
- pense estrategicamente;
- aprenda fazendo.



Tempo de Execução

- Tempo limite de 10 minutos para encontrar e responder às frases.

Recursos Permitidos

- Durante o desafio, as equipes podem consultar uma cópia impressa do ECA se necessário (opcional, conforme o grau de dificuldade que quiser aplicar).



Materiais Necessários

- Cartazes/Placas com as letras “A”, “B”, “C” e “D” (para múltipla escolha, ou respostas orais).
- Cole em papelão ou cartolina para mais resistência, ou plastifique, se possível.
- Quadro de pontuação visível (placar).
- Apito/Cronômetro ou sinal para marcar o tempo.
- Cópia impressa das afirmações (para o mediador).

Dicas

- Use um cronômetro visível para estimular a agilidade nas respostas.
- Toque um som divertido a cada resposta correta, ou um som diferente para respostas erradas, criando um clima de gincana atraente.



Desafio 5 – Linha do Tempo dos Direitos – (Artigos diversos)

Objetivos

- Ordenar os acontecimentos históricos que levaram à criação do ECA.
- Promover o conhecimento dos direitos da criança e do adolescente por meio da organização de fatos, leis e avanços em uma linha do tempo, relacionando-os aos artigos do ECA.

Como funciona

- Cada grupo recebe os **cards** com marcos legais e sociais importantes relacionados aos direitos das crianças (ex: Constituição de 1988, criação do ECA em 1990, Estatuto da Juventude, criação dos Conselhos Tutelares, etc.).
- Os grupos devem colocar os **cards** em ordem cronológica em uma linha do tempo construída no chão ou em papel *kraft*.
- Embaixo de cada marco, devem relacionar um artigo do ECA correspondente (ex: Art. 4º – prioridade absoluta, Art. 131 – criação dos Conselhos Tutelares).
- Cada grupo apresenta brevemente sua linha do tempo.
- Ganha o grupo com maior número de acertos na ordem cronológica e nas associações corretas com o ECA.

Pontuação

- Sequência correta – 10 pontos.

Materiais Necessários

- Cartões com situações.
- Linha do tempo impressa ou no chão.
- Marcadores.



Linha do Tempo dos Direitos, com os títulos, descrições e artigos relacionados

1. 1988 - Constituição Federal

- Descrição: A criança e o adolescente passam a ser considerados prioridade absoluta no Art. 227 da Constituição.
- Artigo Relacionado: CF/88, Art. 227

2. 1990 - Criação do ECA

- Descrição: Promulgação da Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, marco legal da proteção integral.
- Artigo Relacionado: ECA- Lei 8.069/90

3.1991 - Primeiras Eleições para Conselheiros Tutelares

- Descrição: Concretização do Art. 131 do ECA com a implantação prática dos Conselhos Tutelares nos municípios.
- Artigo Relacionado: Art. 131 do ECA

4. 2003 - Criação do Programa Bolsa Família

- Descrição: Política pública que contribui para o direito à educação e à alimentação das crianças em situação de vulnerabilidade.
- Artigo Relacionado: Art. 4º do ECA

5. 2006 - Lei Maria da Penha

- Descrição: A proteção contra a violência doméstica se reforça, beneficiando diretamente crianças e adolescentes expostos a essas situações.
- Artigos Relacionados: Art. 5º e Art. 70 do ECA

6. 2014 - Estatuto da Juventude

- Descrição: Regulamentação dos direitos de jovens de 15 a 29 anos, ampliando o arcabouço legal iniciado com o ECA.
- Artigo Relacionado: Complementar ao ECA

7. 2017 - Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017)

- Descrição: Estabelece o atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
- Artigo Relacionado: Art. 18-B do ECA

8. 2020 - Prioridade no SUS durante a Pandemia

- Descrição: Fortalecimento do atendimento prioritário de crianças e adolescentes na saúde pública.
- Artigo Relacionado: Art. 11 do ECA

9. 2023 - Atualização do ECA sobre Internet e Cibercrimes

- Descrição: Ampliação das medidas de proteção contra crimes cibernéticos e exposição inadequada nas redes.
- Artigos Relacionados: Art. 17 e 70-A do ECA

10. Atualidade - Campanhas contra o Trabalho Infantil

- Descrição: Reforço à aplicação do Art. 60 do ECA, que proíbe o trabalho infantil salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.
- Artigo Relacionado: Art. 60 do ECA

Critérios de Avaliação

- A equipe com maior pontuação ao final dos desafios vence a gincana.
- Se houver empate, um desafio extra pode ser proposto pelo mediador.

Dica

- Premiação simbólica: pode ser um certificado, medalhas ou brindes educativos.

Placas

Desafio 2: Verdadeiro ou Falso? (Artigos 53, 54 e 58 – Direito à Educação)

Especificações

- Tamanho: A4 (21 cm x 29,7 cm)
- Fundo da placa: uma Verde e outra vermelha
- Textos: “VERDADEIRA” e “FALSA” em letras maiúsculas e brancas, centralizado
- Fonte: Arial Black ou Impact, tamanho grande e legível à distância
- Borda: 1 cm, cor verde/vermelha mais escura ou preta para destacar
- Suporte: Espaço inferior da placa com uma aba central (5 cm de altura x 10 cm de largura), como se fosse uma “alça”, para ser segurada com conforto

Professor, para realizar esta gincana, você precisa decidir se, em conjunto com outros professores, fará tudo em um mesmo dia. Ou se os desafios serão divididos em dois momentos! Está é uma decisão sua, embasada em sua realidade escolar!

Desafio 4: Quiz Relâmpago – O Conselho Tutelar (Artigos 98, 131 e 136)

Especificações

- Tamanho: A4 (21 cm x 29,7 cm)
- Fundo da placa: Azul, Laranja, Rosa, Lilás.
- Textos: “VERDADEIRA” e “FALSA” em letras maiúsculas e brancas, centralizado
- Fonte: Arial Black ou Impact, tamanho grande e legível à distância
- Borda: 1 cm, cor azul/laranja/rosa/lilás, mais escura ou preta para destacar
- Suporte: Espaço inferior da placa com uma aba central (5 cm de altura x 10 cm de largura), como se fosse uma “alça”, para ser segurada com conforto.

Desafio 5: Linha do Tempo dos Direitos (artigos diversos)

- Material para o jogo, disponível nas **páginas 140 a 144 do material complementar.**





1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



O Estatuto da Criança e do Adolescente e *Story*: uma soma perfeita rumo à aprendizagem

Objeto de conhecimento	Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 11, 13, 15, 16, 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos supracitados do Estatuto da Criança e do Adolescente; • Compreender o que diz o Estatuto sobre o dever do estado, dos pais e dirigentes de ensino quanto ao direito à Educação de crianças e adolescentes; • Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados criação, produção e publicação de <i>Story</i>.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides contendo a manchete, o vídeo, as explicações sobre o ECA e os artigos. • Quadro com os artigos do ECA, as cartas do Uno do ECA e os quadros com os estudos de caso impressos. (Que podem ser adaptados pelo professor de acordo com a necessidade do estudante) • Notebooks com acesso à internet.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> .

Inicie a aula questionando os estudantes com as questões a seguir:

1. **Você conhece o ECA?**
2. **Em alguma situação, você já ouviu um adulto falando do ECA?**
3. **Já viu ou leu algo nas redes sociais sobre o ECA?**
4. **Você acredita que, se tivessem publicações nas redes sociais sobre o ECA, a chance de as pessoas conhecerem-no seria maior?**

Instigue o diálogo sobre estas questões e em seguida apresente o objeto de conhecimento, os objetivos e os critérios avaliativos.

Objetivos:

- Conhecer os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 11, 13, 15, 16, 17 e 18 do ECA;
- Compreender o que diz o Estatuto nos artigos estudados;
- Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados;
- Criação, produção e publicação de Story.

Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 11, 13, 15, 16, 17 e 18 do ECA

Critérios avaliativos:

- Compreende os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 11, 13, 15, 16, 17 e 18 do ECA?

Divida a turma em 2 grandes grupos e realize o processo da atividade com grupos heterogêneos e grupos homogêneos. Siga as dicas:'

Grupo Homogêneo

- Após o término da leitura e anotações, reorganize os grupos da seguinte forma:
- Forme grupos de três alunos, sendo que cada integrante destes novos grupos seja um de cada grupo heterogêneo.
- Explique aos estudantes que, cada um que veio dos grupos heterogêneos, explicará aos outros dois sobre o que trata os artigos que ele estudou, ou seja, cada um compartilhará com seu grupo homogêneo os conhecimentos adquiridos sobre os artigos do ECA.
- Estabeleça o tempo de 20 minutos para as atividades do grupo heterogêneo e 20 a 25 minutos para o grupo heterogêneo.

Grupo Heterogêneo

- Para cada grupo de alunos, entregue um quadro com os artigos.
- Os alunos deverão ler os artigos, tomar nota, para depois compartilhar com os colegas.

IMPORTANTE!

Não se esqueça de atentar-se na organização das equipes aos alunos com necessidades específicas para que ele esteja bem inserido e seguro no grupo a que compôs!

Os quadros com os artigos estão na **página 145 a 147 do material complementar**

Após a finalização dos trabalhos dos grupos, retome o questionamento inicial: e **se tivessem publicações nas redes sociais sobre o ECA, a chance de as pessoas conhecerem-no seria maior? Que tal darmos um passo para a solução deste problema?**

Exiba o *story* para os estudantes e instigue-os: **vocês seriam capazes de produzir *Stories* assim? Os artigos do ECA tratam sobre o conteúdo do *story*?** Acesse o link ao lado.

<https://porvir.org/web-stories/combater-bullying-escola/>

Divida a turma em cinco ou seis equipes, e instrua-os a:

1. Selecionar os trechos dos artigos do ECA que irão utilizar.
2. Busca por imagens, gráficos, diagramas que complementem os trechos escolhidos;
3. Decidir por cores para o fundo de cada página do *story*.
4. Elaborar, no mínimo, 6 páginas para a composição do *story*.
5. colocar o nome da escola, dos integrantes da equipe e do professor.

Após finalizar os *stories*, peça para que um de cada equipe compartilhe seu *story* criado com os demais da turma e com você.

Estabeleça o mês como “O mês do ECA”. Faça um cronograma com os estudantes, para que **cada um, num dia específico, publique o *story***. Assim, em todos os dias do mês, haverá a exposição nas redes sociais sobre o ECA, trazendo mais visibilidade para a lei.

Próximo ao término da aula, motive **os estudantes realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você, professor, captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes.



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p60auab9YtjTXhFu7>



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p60auab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



O Estatuto da Criança e do Adolescente: detetive da cidadania

Objeto de conhecimento	Artigos 3º, 5º, 7º, 8º, 9º, 13, 15, 16, 17, 19, 41, 53 e 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer e compreender os artigos supracitados do Estatuto da Criança e do Adolescente;• Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados na observação, investigação e análise dos direitos estabelecidos no ECA na comunidade em que vive.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação em Língua Portuguesa e Arte.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none">• Câmera ou celular com câmera para documentar.• Recursos visuais manipuláveis: Caderno e caneta para anotações; mapas da região ou acesso a aplicativos de mapas; folhas de papel e marcadores para criar um mural de descobertas.• Acesso à internet para pesquisa• Atividade colaborativas em grupo.• Ferramentas digitais acessíveis.• Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem por meio da produção do Diário de Bordo do Cidadão

Inicie a aula, exibindo três vídeos com deduções de Sherlock Holmes:

Dedução 1



https://www.youtube.com/watch?v=bXFjBoCKCCc&list=PLwxMAohV0e7DFEfqSbJBug_nOzimU5mSA&index=1

Dedução 2



https://www.youtube.com/watch?v=-T29AkKXGTQ&list=PLwxMAohV0e7DFEfqSbJBug_nOzimU5mSA&index=2

Dedução 3



https://www.youtube.com/watch?v=A7DVMUVZMbg&list=PLwxMAohV0e7DFEfqSbJBug_nOzimU5mSA&index=3

Questione aos estudantes: **O que é preciso para ser um bom detetive?**

A partir do que assistiu os vídeos, monte com os estudantes um quadro com as principais características de um detetive. Por exemplo: **observador, detalhista, persistente.**

Em seguida, **apresente o objeto de conhecimento, os objetivos e critérios avaliativos aos estudantes.**

Objetivos:

- Conhecer e conhecer os artigos 3º, 5º, 7º, 8º, 9º, 13, 15, 16, 17, 19, 41, 53 e 60 do ECA;
- Aplicar aspectos importantes dos artigos abordados, baseados na observação, investigação e análise dos direitos estabelecidos pelo ECA na comunidade em que vive.

**Artigos 3º, 5º,
7º, 8º, 9º, 13,
15, 16, 17, 19,
41, 53 e 60
do ECA**

Critérios avaliativos:

- Compreendem de que tratam os artigos em estudo?
- Relizou as atividades próprias da investigação e entregou o Diário de Bordo da Cidadania?

Descrição da atividade

Nesta atividade, os alunos terão a oportunidade de se tornar verdadeiros detetives sociais, investigando os direitos e deveres dos cidadãos em sua comunidade.

Os alunos irão identificar, analisar e documentar de que forma diferentes grupos de pessoas (crianças, idosos, trabalhadores, etc...) têm seus direitos garantidos ou violados no dia a dia.

Essa atividade prática não só aprofundará seu entendimento sobre a cidadania e os direitos humanos, mas também os sensibilizará para a importância de uma sociedade justa e igualitária.



Imagem gerada por IA

Preparem-se para **observar, questionar e analisar o ambiente ao seu redor** de uma forma totalmente nova, usando suas habilidades de observação e análise crítica para descobrir como os direitos e deveres são aplicados na prática.

Passo a passo para as atividades

- Prepare seu kit de **Cidadão Detetive** com a câmera, caderno e caneta, e acesso à internet.
- Escolha uma área ou comunidade para investigar (pode ser sua própria vizinhança, a escola, ou outra área de interesse).
- Faça uma lista preliminar de direitos e deveres que você acha que podem ser observados nessa comunidade (escolha, no mínimo, 4 artigos do ECA).
- Saia em campo e comece a observar.
- Anote tudo que chamar sua atenção: desde sinais de trânsito até a interação entre as pessoas.
- Tire fotos ou faça desenhos que ajudem a documentar sua investigação.
- Use a internet para pesquisar mais sobre os direitos e deveres que você observou, e para entender melhor o contexto histórico e legal por trás deles.
- Organize suas descobertas em um mural de papel, criando uma linha do tempo ou mapa visual que mostre como os direitos estão sendo aplicados na comunidade.
- Escreva um relatório final no seu **Diário de Bordo da Cidadania**, incluindo análise das descobertas, reflexões pessoais e sugestões de melhorias para a comunidade.
- Prepare sua apresentação final, seja em formato físico ou digital, para compartilhar suas descobertas com a classe.

Quadro com os artigos

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II- opinião e expressão;

III- crença e culto religioso;

IV- brincar, praticar esportes e divertir-se;

V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI- participar da vida política, na forma da lei;

VII- buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019).

O Que Você Deve Entregar?

O entregável final será um **Diário de Bordo da Cidadania**, que é um relatório completo de suas descobertas.

- Este diário deve incluir: **mapas marcados com pontos de interesse, fotos ou desenhos das observações, notas detalhadas sobre os direitos e deveres encontrados e uma sessão de reflexão pessoal** sobre como essas descobertas podem ser aplicadas para melhorar a comunidade.
- **O diário deve ser apresentado em formato físico** (pode ser um caderno decorado, ou digital (uma apresentação de slides ou vídeo)).

IMPORTANTE!

Não se esqueça de adaptar a atividade aos alunos com necessidades específicas! De acordo com suas habilidades, você pode sugerir outras formas de registro! O importante é mantê-lo ativo e participativo nas atividades!

O trabalho dos estudantes pode durar por semanas. Então, **esteja sempre dialogando com eles sobre e estabeleça um prazo favorável para uma boa realização das atividades!**



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque

Objeto de conhecimento	ECA: importância e artigos 5º, 7º, 53, 4º, 53-A, 55
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o ECA em sua abrangência e compreender o ECA como Criança e do Adolescente; • Compreender os principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). e sua relação com educação, direitos e deveres, cidadania e transformação social.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação em Língua Portuguesa e Arte.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis à compreensão do estudante, sejam quais forem suas especificidades. • Recursos visuais manipuláveis: materiais escolares básicos. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> .



Inicie a aula, preparando os materiais para exibir os slides, seja no *Education*, data-show, aquele que você tiver disponível no colégio.

Slides para a aula



https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vSt_iS9nUjeDSLzdUuLvh-lye_JHjlgbNIEMJEpPHn9YQFjfcBqFZ6Azvk8zhIXAQ/pub?start=false&loop=false&delayms=60000

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



Estatuto da Criança e do Adolescente

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1990/leis/l8069.htm

Teachy


Resumo

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

1. Introdução
2. Importância do ECA
3. Direitos e Deveres
4. Cidadania e Protagonismo Juvenil
5. Transformação Social
6. Conclusão
7. Exercitando os conhecimentos

Teachy

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



Objetivos da Aula

Compreender os principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua relação com educação, direitos e deveres, cidadania e transformação social.

Teachy

Introdução

Contextualização


O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069/1990, é um marco legal que assegura os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Em um mundo cada vez mais complexo, a proteção aos direitos infantjuvenis é essencial para o desenvolvimento integral e para a construção de uma sociedade mais justa.

Situação Problema

Imagine uma adolescente de 15 anos que deseja participar de um conselho municipal para discutir políticas públicas. No entanto, ela sente que a sua voz não é ouvida e que não possui o apoio necessário para se tornar uma protagonista na sua comunidade. Como podemos garantir que os direitos e deveres previstos no ECA sejam efetivamente respeitados e promovidos?

Teachy

Importância do ECA




1. Promove a garantia de direitos fundamentais como saúde, educação e proteção.
2. Estabelece diretrizes para o atendimento e defesa dos direitos humanos.
3. Fomenta o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e não apenas como objetos de proteção.

Teachy


Práticas, Exemplos e Aplicações

Em **2021**, o **ECA** foi fundamental para assegurar o **acesso à educação** durante a **pandemia**, garantindo que crianças em situação de vulnerabilidade não fossem deixadas para trás.



Teachy


Direitos e Deveres



1. Direitos incluem educação, saúde, cultura, lazer e segurança.
2. Deveres envolvem a responsabilidade de respeitar os direitos dos outros e de participar ativamente na sociedade.
3. A educação deve ser um ato de cidadania que promova valores de respeito e solidariedade.

Teachy

ECA: alguns Direitos



Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 53 A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Teachy

ECA: alguns Deveres



Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53-A É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Leinnº 13.840, de 2019).

Art. 55 Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.



Exemplos e Aplicações Práticas

Um projeto escolar que envolve alunos na elaboração de campanhas contra o bullying ensina sobre direitos de respeito e deveres de empatia.



Cidadania e Protagonismo Juvenil



1. Protagonismo juvenil é a capacidade dos jovens de se envolverem em decisões que impactam suas vidas.

2. O ECA proporciona plataformas para que jovens possam expressar suas opiniões e reivindicações.

3. A participação em conselhos e associações permite que crianças e adolescentes sejam escutados.



Exemplos e Aplicações Práticas

Um grupo de jovens organizou uma manifestação em defesa da educação e conseguiu reunir mais de 500 assinaturas para uma petição que foi apresentada à câmara municipal.



Transformação Social



1. A aplicação do ECA busca reduzir desigualdades sociais e garantir acesso a direitos.

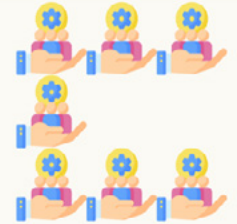
2. Iniciativas comunitárias que respeitam o ECA ajudam a criar ambientes mais seguros e inclusivos.

3. A conscientização sobre direitos e deveres transforma culturas e preconceitos.



Exemplos e Aplicações Práticas

O CRAS/CREAS local que trabalha com adolescentes em situação vulnerável, promove oficinas de capacitação, utilizando os princípios do ECA para reintegrá-los à sociedade.



Conclusão

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

1. O ECA é uma ferramenta poderosa para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

2. É fundamental conhecer os direitos e deveres para fomentar uma cidadania ativa.

3. A participação juvenil é essencial para a democratização das decisões sociais.

4. Transformação social se constrói com o respeito aos direitos humanos.



Exercitando nossos conhecimentos - Painel de Respostas

Liste três direitos garantidos pelo ECA.

Explique o que é protagonismo juvenil em suas palavras.

Cite um exemplo de como o ECA pode promover a transformação social.



A Importância do Jovens nas Políticas Públicas

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

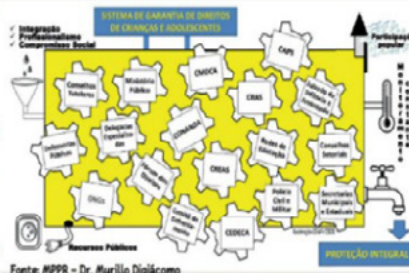
CRAS - Centro de Referência e Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

ONGs - Organizações da Sociedade Civil (sem fins lucrativos - ações solidárias/públicas específicos).



Fonte: IPPP - Dr. Murilo Diglicomo



Avaliação da aprendizagem sobre os estudos de hoje

Avaliação de sua aprendizagem

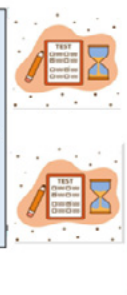
Nome:

1) Qual é o assunto da aula?

2) O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3) Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4) O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.



<https://www.teachy.com.br> e Aplicações



Professor, não se esqueça de, durante as explicações dos slides, realizar um **diálogo interativo com os estudantes**, de modo a não ficar na simples exposição, além disso, incentive-os a participarem das discussões, direcionando sempre questões a eles e abrindo espaços para discussões cooperativas e críticas.

Próximo ao término da aula, motive **os estudantes realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você, professor, captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes. Esta avaliação também se encontra no último slide da apresentação.

IMPORTANTE!

Esteja atento aos alunos com necessidades específicas, buscando sempre saber se ele está compreendendo as discussões e a temática! Em algumas situações, a colaboração do aluno monitor pode ser muito viável!



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



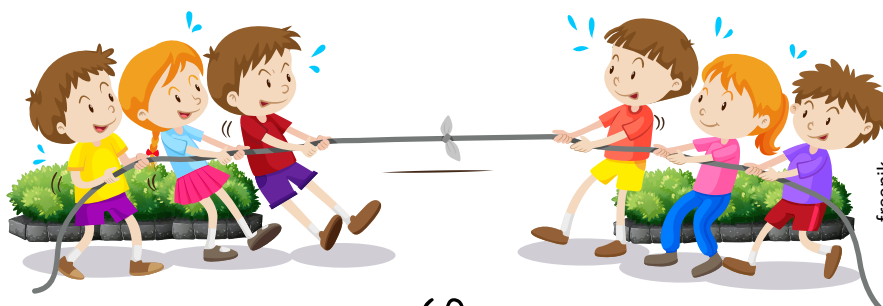
1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



O Estatuto da Criança e do Adolescente: cidadania em cores

Objeto de conhecimento	ECA e outros documentos que garantem direitos e deveres dos cidadãos
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar sobre o ECA, a LDB e a Constituição Federal Brasileira para conhecê-los; • Compreender a importância destes dispositivos legais e sua relação com educação, direitos e deveres, cidadania e transformação social.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação em Arte, História e Sociologia.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos visuais manipuláveis: papel <i>kraft</i> ou cartolina grande; tintas, pincéis e materiais para desenho; revistas velhas, jornais e impressões de imagens; cola, tesoura e fita adesiva. • Computador ou dispositivo móvel para pesquisa. • Acesso à internet para pesquisa de direitos e deveres. • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i> .

Professor, leia a descrição desta atividade e entenda mais sobre ela!

Descrição

Nesta atividade vibrante e cheia de criatividade, os alunos serão desafiados a criar um Mural de Direitos em sua escola ou comunidade. Este mural não só será uma expressão artística, mas também uma ferramenta educativa que destaca os direitos e deveres dos cidadãos. Vocês irão pesquisar, analisar e representar visualmente diferentes aspectos da cidadania, como a história das lutas por direitos, os direitos garantidos pela Constituição, e os desafios atuais que enfrentamos como sociedade. Além disso, o mural servirá como um ponto de conversa e reflexão, engajando outros estudantes e membros da comunidade a pensarem criticamente sobre o que significa ser um cidadão ativo e responsável. Preparem-se para mergulhar no universo das artes visuais e do ativismo social, enquanto aprendem e compartilham conhecimento de forma criativa e impactante.

Passo a passo para as atividades

Organize uma equipe para trabalhar no mural, garantindo que haja diversidade de habilidades e ideias.

- Realize uma sessão de **Brainstorming** (ou tempestade de ideias, em português). é um método para gerar novas ideias e soluções inovadoras. Com as técnicas e abordagens certas, o uso de **brainstorming** pode desbloquear as ideias mais criativas de sua equipe, seja para desenvolver estratégias e projetos ou simplesmente resolver problemas, para decidir os principais temas que serão abordados no mural.
- Conduza os estudantes a pesquisar sobre os temas selecionados, focando em direitos e deveres dos cidadãos, principalmente, no ECA e na Constituição Federal Brasileira, usando livros, internet e outras fontes.
- Instrua-os a esboçar, no papel **kraft**, a disposição dos elementos do mural, planejando onde cada informação ou arte será colocada.
- Agora, eles já podem começar a criar os elementos visuais do mural, como desenhos e colagens, utilizando os materiais disponíveis.
- Instrua-os a escrever textos explicativos para cada seção do mural, garantindo que sejam claros e informativos.
- Monte com os estudantes o mural no local de exposição escolhido, garantindo que esteja bem fixado e visível.
- Faça uma revisão final do mural, ajustando detalhes estéticos e de informação se necessário.
- Medie os estudantes a preparar uma apresentação do mural para a escola ou comunidade, explicando o processo de criação e os significados dos elementos.
- Realize uma sessão de **feedback** com os espectadores, para entender como o mural impactou e educou sobre cidadania.



O Que Você Deve Entregar?

O entregável final será o **'Mural de Direitos da Cidadania'**, que deverá ser uma composição visual que representa diversos aspectos da cidadania.

- O mural deve incluir: desenhos, colagens e textos explicativos sobre os direitos e deveres dos cidadãos.
- Cada seção do mural deve ser claramente identificada e deve incluir uma explicação escrita ou visual sobre o tema abordado.
- O mural será exposto na escola ou comunidade, e os alunos deverão preparar uma apresentação para explicar o significado de cada elemento.

IMPORTANTE!

Esteja atento aos alunos com necessidades específicas, dê possibilidades para que ele participe de forma mais ativa possível! Instigue-o a desenvolver algo que tenha mais habilidade!

Próximo ao término das atividades, motive **os estudantes realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado e desempenho**, e você, professor, captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes.



Avaliação da Aprendizagem

<https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7>



1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque

Objeto de conhecimento	ECA e A juventude contemporânea
Objetivos de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os artigos 1º, 3º, 5º e 17 do ECA; • Refletir sobre uma situação problema, envolvendo uso de imagens de uma criança; • Compreender de que forma a identidade juvenil se forma nos tempos contemporâneos.
Componente Curricular	Todos os Componentes Curriculares com maior relação em Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa e Itinerários Formativos.
Número de aulas	2 horas-aulas
Abordagem Inclusiva e Equitativa	As atividades propostas, fundamentadas em artigos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram planejadas de modo a garantir a participação de todos os estudantes, respeitando as diferenças individuais e assegurando condições equitativas de aprendizagem. A diversidade de recursos didáticos e estratégias metodológicas possibilita a adaptação das atividades aos distintos ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e democrático. Dessa forma, o trabalho pedagógico permite que todos os alunos compreendam, reflitam e se apropriem dos conteúdos de maneira equitativa, fortalecendo o direito à educação e cidadania, conforme preconiza o próprio Estatuto.
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Slides acessíveis à compreensão do estudante sejam quais forem suas especificidades. • Recursos visuais manipuláveis: materiais escolares básicos. • Atividades colaborativas em grupo. • Ferramentas digitais acessíveis. • Mediação pedagógica diversificada.
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem (contínua, formativa e inclusiva), impressa ou pelo <i>Google Forms</i>

Inicie a aula, preparando os materiais para exibir os slides, seja no *Education*, data-show, aquele que você tiver disponível no colégio.

Slides para a aula



<https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vTbAopavjqpT2Zcyr78zgPUBIALVr49XFneamg74D9bD0ZCzuHOMnCSX2xbi44yUQ/pub?start=false&loop=false&delayms=60000>

Juventude Contemporânea

Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, Itinerários formativos

Professor: CLEA MARCIA BERNARDES DE OLIVEIRA
Instituição: Núcleo Regional da Educação de Cornélio Procópio
Turma: Professores dos Itinerários Formativos

Sumário

Juventude Contemporânea

1. Introdução
2. Identidade Juvenil na Era Digital
3. Desafios Contemporâneos e Saúde Mental
4. Expectativa de Futuro e Planejamento
5. Engajamento Social e Político
6. Conclusão
7. Exercitando os conhecimentos

Juventude Contemporânea

Objetivos da Aula

O aluno deverá compreender a formação da identidade e as perspectivas futuras da juventude brasileira contemporânea.

Introdução

Contextualização

A juventude contemporânea está imersa em um contexto digital, diversificado e globalizado que influencia diretamente sua identidade e visão de futuro. Desafios e oportunidades surgem nesse cenário mutável.

Situação Problema

Como a constante conexão digital e o acesso a uma pluralidade de informações e culturas afetam a construção da identidade e as expectativas para o futuro da juventude no Brasil?

Identidade Juvenil na Era Digital

1. Identidade como um processo em evolução, moldado por interações sociais e tecnológicas.
2. Impacto das redes sociais na autoimagem e na comparação social entre adolescentes.
3. Diversidade de influências culturais acessíveis pela internet e seu papel na formação identitária.

Exemplos e Aplicações Práticas

Um adolescente brasileiro cria uma imagem de si mesmo influenciado por celebridades globais no Instagram, ilustrando o papel da mídia digital na concepção de identidade.

Exemplos e Aplicações Práticas

Temos um problema!!

Uma criança brasileira de 10 anos, cria uma imagem de si mesmo influenciado por celebridades globais no Instagram, e um internauta a usa para fins pornográficos em sites adultos.

O que fazer? Há lei para resolver esse problema?

O Estatuto da Criança e do Adolescente: a lei que direciona os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes

1. A Lei N° 8.069 de 13 de Julho de 1990, conhecida como o ECA, é um marco na legislação brasileira, estabelecendo os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como as responsabilidades da sociedade, família e Estado na proteção desses direitos.
2. Nas décadas de 1970 e 1980, com movimentos como a redemocratização, a resistência à ditadura militar e a luta por direitos civis e sociais, fomentaram a necessidade premente de uma legislação dedicada à proteção da infância e da adolescência (Brasil, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: um dispositivo de defesa



Alguns artigos importantes!!

- Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a proteção integral de criança e ao adolescente.
- Art. 3º** A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.



O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: um dispositivo de defesa



Alguns artigos importantes!!

- Art. 5º** Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- Art. 17** O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais.



E o nosso problema? Qual artigo do estatuto pode embasar uma solução?

Uma criança brasileira de 10 anos, cria uma imagem de si mesmo influenciado por celebridades globais no Instagram, e um internauta a usa para fins pornográficos em sites adultos!



O que diz o Art 17 do ECA sobre o uso de imagens de crianças e adolescentes?



Art 17 O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais.



Desafios Contemporâneos e Saúde Mental



- Pressões acadêmicas e expectativas sociais como fontes de estresse e ansiedade.
- O aumento das taxas de depressão entre jovens e a influência das redes sociais nesse fenômeno.
- Estratégias de resiliência e busca por apoio em comunidades online como forma de enfrentamento.



Exemplos e Aplicações Práticas

Relato de um estudante sobre a pressão do Enem e como grupos de apoio no Facebook ajudam na sua preparação e bem-estar emocional.



Expectativa de Futuro e Planejamento



- Aspirações profissionais dos jovens e o alinhamento com as perspectivas de mercado de trabalho.
- Influência das tecnologias emergentes e da automação nas escolhas de carreira.
- Importância do pensamento crítico e adaptabilidade para a planejamento de um futuro sustentável.



Exemplos e Aplicações Práticas

Uma jovem decide estudar programação após participar de um workshop sobre inteligência artificial, visando oportunidades no cenário de trabalho futuro.



Engajamento Social e Político



- Aumento do engajamento político de jovens através de plataformas digitais e movimentos sociais.
- Papel das manifestações e protestos organizados por jovens na reformulação de políticas públicas.
- Desafios da polarização política e do acesso a informações confiáveis na participação cidadã.



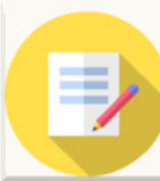
Exemplos e Aplicações Práticas

Grupo de estudantes cria um podcast para debater questões ambientais, exemplificando o engajamento juvenil em temáticas sociais através de novas mídias.



Resumo

Juventude Contemporânea



1. A identidade juvenil é influenciada pela tecnologia, com mídias sociais desempenhando um papel central.
2. Os desafios contemporâneos, especialmente a pressão social e acadêmica, afetam diretamente a saúde mental dos jovens.
3. As expectativas dos jovens em relação ao futuro são moldadas pelas constantes mudanças no mercado de trabalho e pela tecnologia.
4. O engajamento social e político da juventude se fortalece por meio das plataformas digitais e movimentos de base.


Teachy

Exercitando os conhecimentos

Identifique e discuta como as redes sociais podem influenciar a identidade dos jovens contemporâneos.

Explique a relação entre pressões acadêmicas e saúde mental na juventude, com base na discussão em aula.

Por que conhecer Leis, como o ECA, é um ato de Cidadania?





Teachy

Avaliação da aprendizagem sobre os estudos de hoje

Avaliação de sua aprendizagem

Nome: _____

- 1) Qual é o assunto da aula?
- 2) O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.
- 3) Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?
- 4) O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

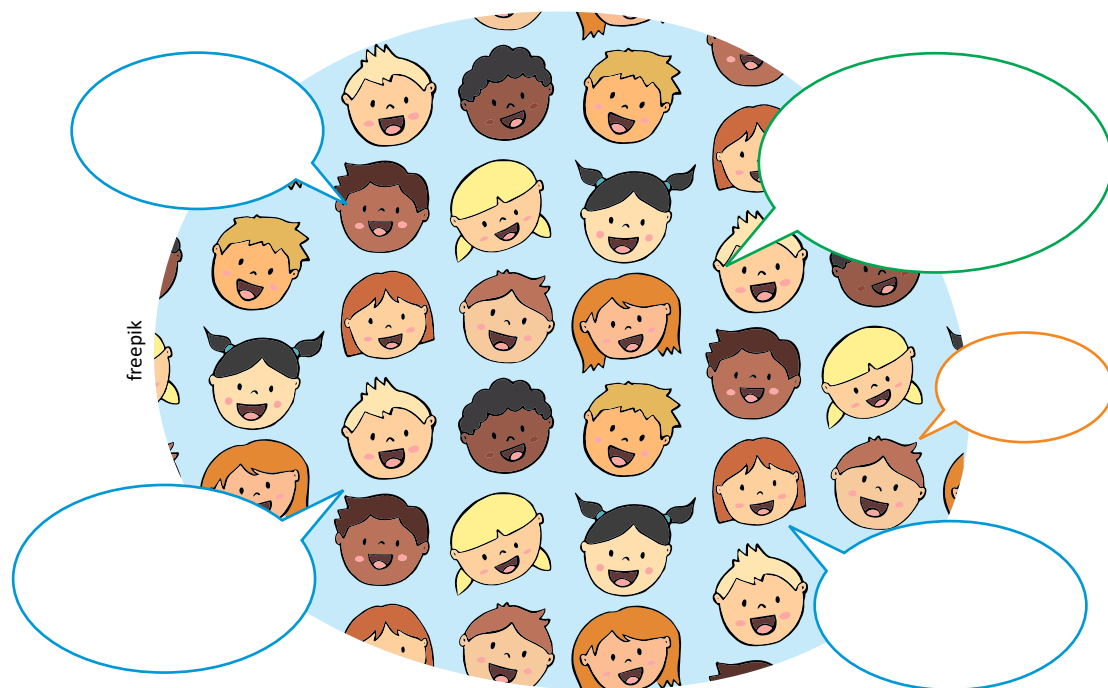
<https://www.teachy.com.br> - Adaptações

Teachy

IMPORTANTE!
 Esteja atento aos alunos com necessidades específicas, buscando sempre saber se ele está compreendendo as discussões e a temática! Em algumas situações, a colaboração do aluno monitor pode ser muito viável!

Professor, não se esqueça de, durante as explicações dos slides, realizar um **diálogo interativo com os estudantes**, de modo a não ficar na simples exposição.

Próximo ao término da aula, motive **os estudantes a realizarem a Avaliação para que eles possam refletir sobre o próprio aprendizado** e você, professor, captar, o máximo possível, indícios de aprendizagem dos estudantes. Esta avaliação também se encontra no último slide da apresentação.





1. Qual o assunto da aula?

2. O que você compreendeu sobre o conteúdo desta aula? Comente.

3. Se houve, quais foram as dificuldades em relação ao conteúdo da aula de hoje?

4. O que você poderia fazer para sanar suas dúvidas sobre o tema tratado? Comente.

Formulário Modelo para avaliação contínua, diagnóstica, formativa e inclusiva. (Google Forms - <https://forms.gle/p6oauab9YtjTXhFu7> impresso, digital, produções orais, escritas e visuais). Cada profissional deverá realizar a avaliação do trabalho à sua maneira, considerando sua realidade, critérios pedagógicos e especificidades do contexto.



Refêrências

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) site.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2023.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2024.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio. **Resolução CNE/CP n. 04/2018**. Brasília: CNE/CP, 2018c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/> Acesso em: 22 nov. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 , Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394**. De 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.
- CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e; MÉNDEZ, Emilio García (coords.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Moderna, 1998.
- LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, nov. 2005.
- LECCARDI, Carmen (org.). **A New Youth? Young People, Generations and Family Life**. Aldershot: Ashgate, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.



ECCA

The image features the acronym 'ECCA' in a bold, 3D, blocky font. The letters are colored as follows: 'E' is teal, 'C' is orange, and 'A' is red. Each letter has a dark purple shadow underneath, giving it a three-dimensional appearance. The text is centered within a large white circle. The background is a solid light blue, decorated with several other white circles of varying sizes scattered around the central one.

MATERIAL COMPLEMENTAR

Atividade 2, página 20 – Cards

LEI N.º 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1.º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2.º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3.º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Parágrafo único.

A garantia de prioridade compreende:

- a. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069 de 13 de julho de 1990, é a principal Lei que assegura os direitos da criança e do adolescente.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerada criança a pessoa com até 12 anos incompletos; e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade



Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Tabuleiro

The board game board is green with a white dashed path. At the top, four hands of different colors (orange, red and white striped, brown, light blue) are shown. At the bottom, four children are standing together. A red triangle points to the word 'INÍCIO'. A girl in a wheelchair is on the right side. The board is divided into sections by blue paths leading to circular action cards.

INÍCIO

A SUA VEZ CHEGOU?
Avance uma casa

OPS!
Volte duas casas.

RESPONDA ESSA OU DESÇA A LADEIRA!

QUASE NO FIM!!!
Responda mais uma e fique mais perto da vitória.

PASSE UMA VEZ...

MEIO DO CAMINHO!
Tire uma carta e responda a questão

Xiii... DEU RUIM!
Volte três casas.

VOCÊ ESTÁ INDO BEM!
Tire uma carta e responda a questão.

QUE JOGADA incrível!
Use o atalho e avance várias casas!

COMEÇOU O JOGO!
Tire uma carta e responda a primeira questão.

Responda outra ?

QUE BELEZA!
Salte três casas

OPS!
Volte duas casas e comece tudo de novo!

COLE AQUI

COLE AQUI



Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Tabuleiro

AI... AI... AI...
Volte cinco casas.

RESPONDA MAIS UMA
e jogue de novo

Responda mais uma e fique a um passo da glória!

FIM!

Último desafio!
RESPONDA E GANHE!!!

OPS!
Volte sete casas e comece tudo de novo!

QUE BELEZA!
Salte quatro casas

RESPONDA OUTRA
e jogue de novo!

CURVA PERIGOSA!
Tire uma carta e responda rápido pra não escorregar!

ÓTIMA JOGADA
Use o atalho e avance várias casas!

RESPIRE FUNDO.
Tire outra carta e responda a questão!

OPS!
Volte quatro casas e comece tudo de novo!

RESPONDA MAIS UMA
e jogue de novo

direitos da criança e do adolescente
Pelos

Illustrations include: three children hanging upside down at the top; a boy with a surprised expression on the left; two children playing with toys in the center; a paper airplane in the lower middle; and two children sitting on the floor at the bottom right.



Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>
	<p>De quem é o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente?</p>
	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>

Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>
	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>
	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>

Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>
	<p>Cite um dos aspectos que compreende o direito à liberdade da criança e do adolescente, de acordo com o art. 16.</p>
	<p>De acordo com o art. 17, em que consiste o direito ao respeito?</p>

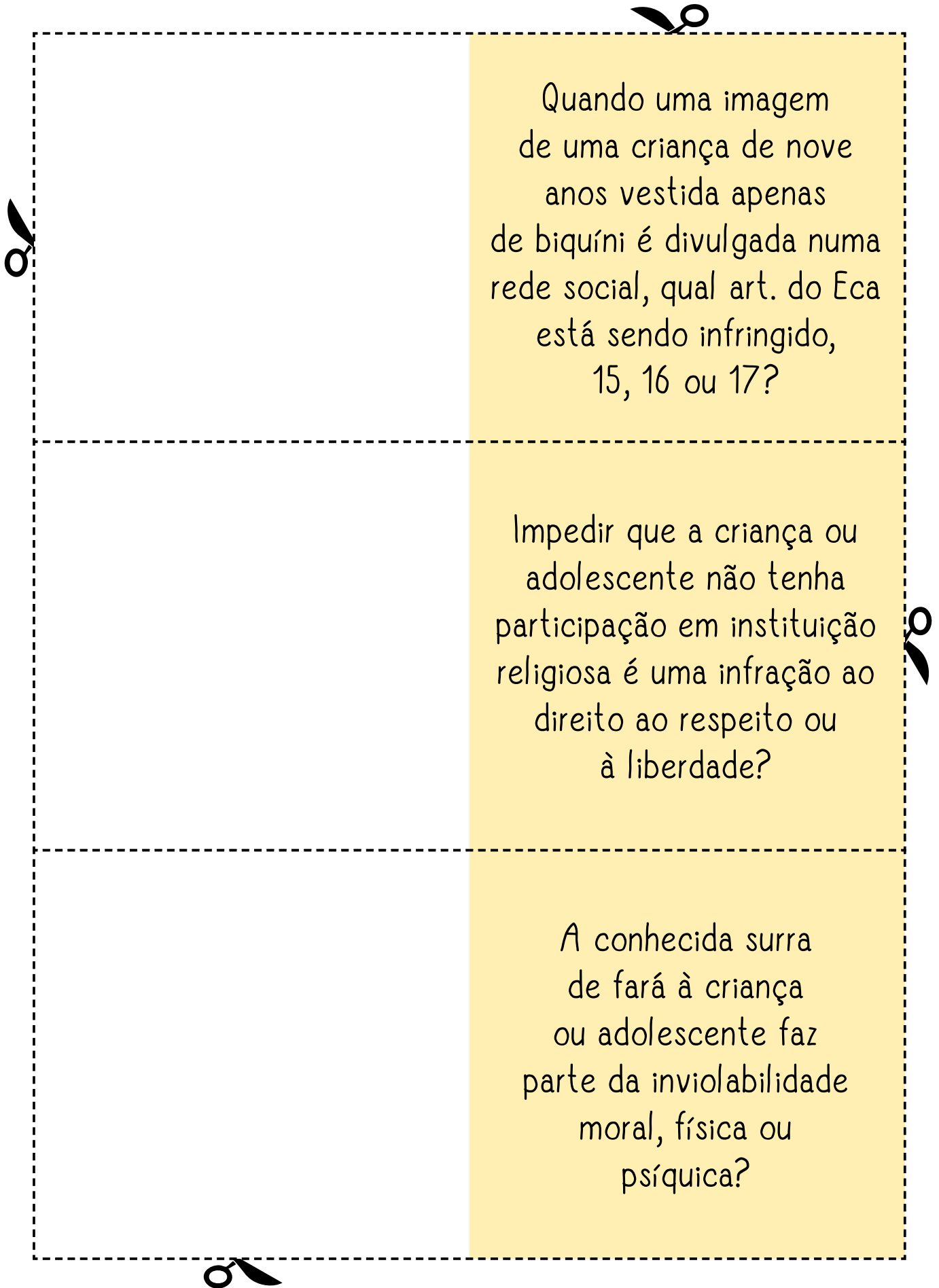
Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Certo ou errado? Brincar, praticar esportes e divertir-se é o 4º direito estabelecido no art.16?</p>
	<p>Certo ou errado? A perservação da imagem faz parte do direito à liberdade, de acordo com o artigo 16?</p>
	<p>Certo ou errado? No art. 15, a criança e o adolescente são mencionados como sujeitos de direitos civis, humanos e políticos.</p>

Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Certo ou errado? Brincar, praticar esportes e divertir-se é o 4º direito estabelecido no art.16?</p>
	<p>Certo ou errado? A perservação da imagem faz parte do direito à liberdade, de acordo com o artigo 16?</p>
	<p>Certo ou errado? A perservação da imagem faz parte do direito à liberdade, de acordo com o artigo 16?</p>

Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards



Quando uma imagem de uma criança de nove anos vestida apenas de biquíni é divulgada numa rede social, qual art. do Eca está sendo infringido, 15, 16 ou 17?

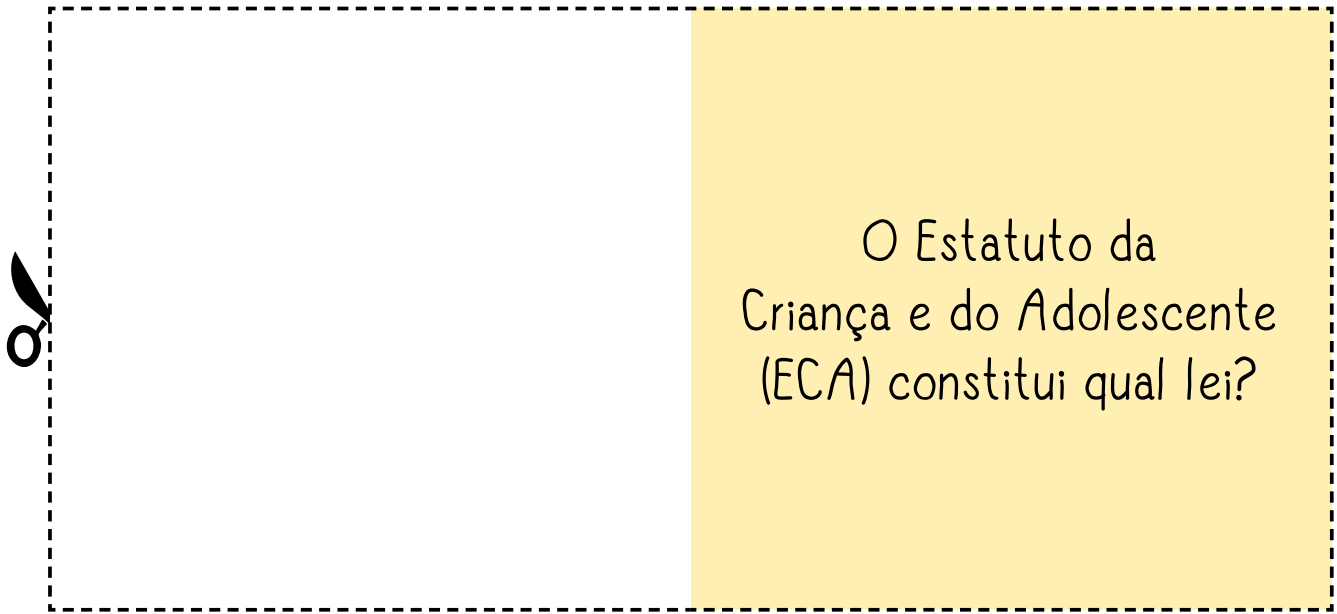
Impedir que a criança ou adolescente não tenha participação em instituição religiosa é uma infração ao direito ao respeito ou à liberdade?

A conhecida surra de fará à criança ou adolescente faz parte da inviolabilidade moral, física ou psíquica?

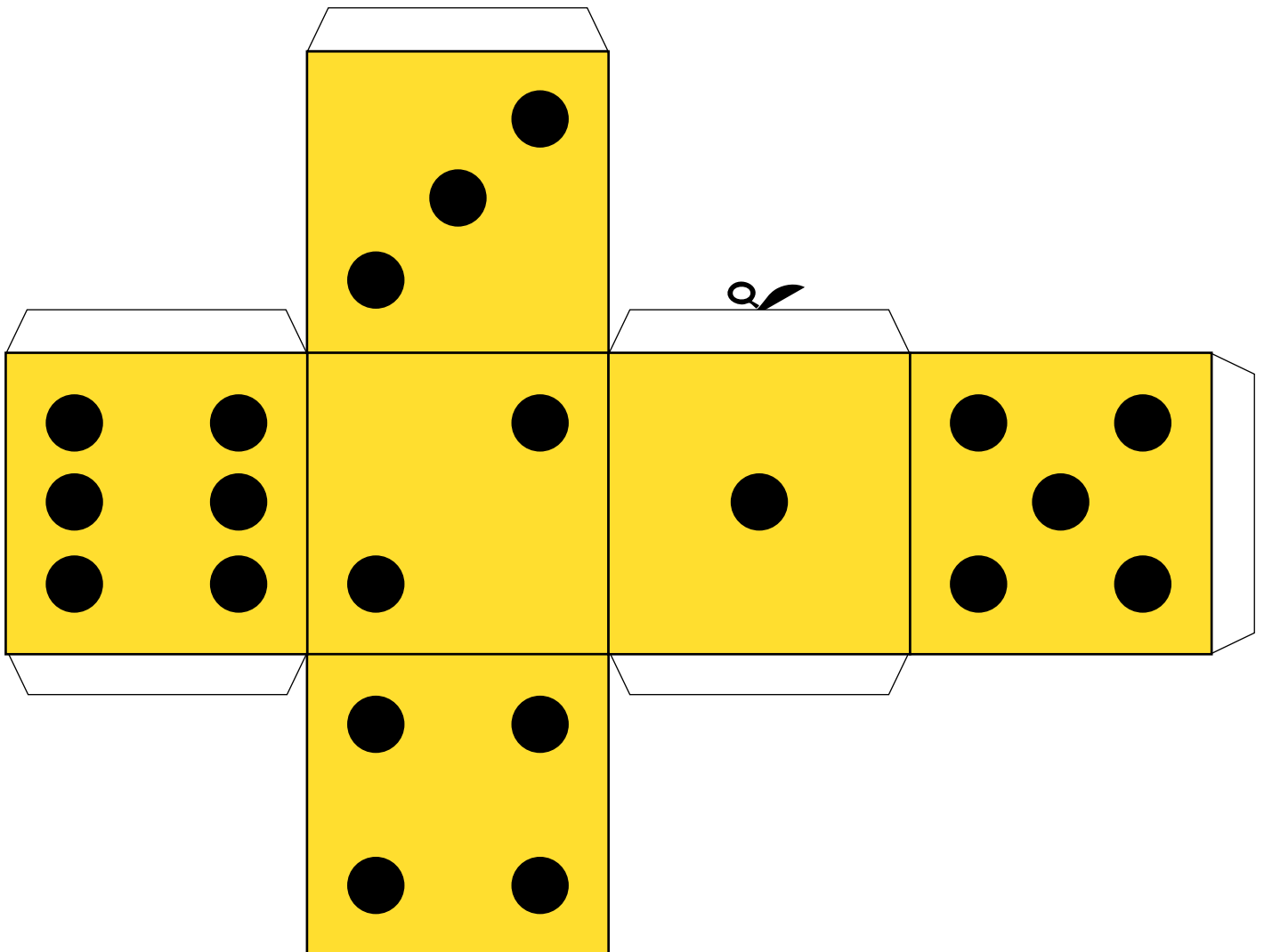
Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards

	<p>Luís tem 14 anos e é dependente de drogas. Sua mãe, no desespero o acorrentou no pilar da cozinha para que não use droga. Sua atitude viola qual inciso do art. 16?</p>
	<p>Lúcia tem 10 anos e para que sua mãe trabalhe, ela cuida o dia todo com sua irmãzinha de 2 anos e nunca pode brincar. Neste caso, qual inciso do art. 16 está sendo violado: II, III ou IV?</p>
	<p>Lucas tem 11 anos e é muito agitado. Por isso, não foi bem na prova e tirou apenas 0,5. Sua professora para lhe dar uma lição, colocou um papel escrito Sou o burro da sala, neste caso, esse delito se enquadra melhor no art.17º ou 18º?</p>

Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Cards



Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Dado

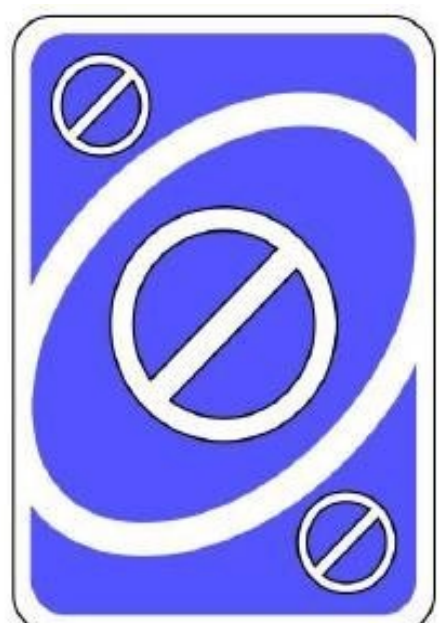
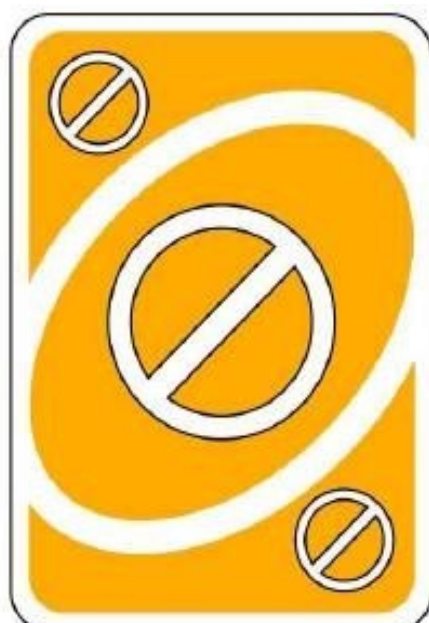
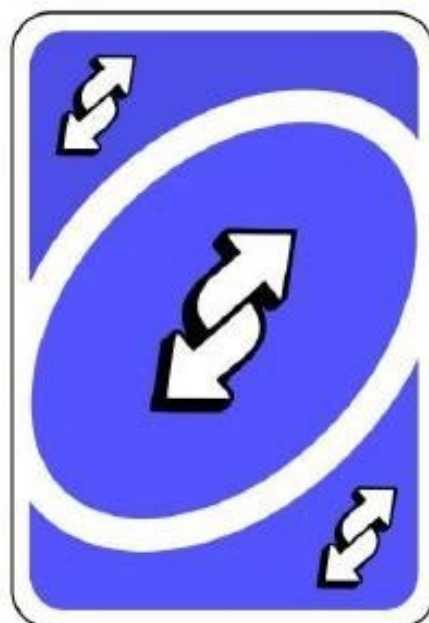


Atividade 3, página 26 – Corrida do ECA – Peões



ATIVIDADE 5, página 38 – Uno do ECA







Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.



Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

O ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, é dever do Estado.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas e de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

Serão comunicadas ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de evasão escolar de alunos do ensino fundamental.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.





No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade..

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

No inciso IV do Art. 54, é dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.



A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino é dever da família ou responsáveis.

A extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio é dever do Estado.

A extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio é dever do Estado.

A extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio é dever do Estado.



A extensão da
obrigatoriedade e
gratuidade do Ensino
Médio é dever do
Estado.

A extensão da
obrigatoriedade e
gratuidade do Ensino
Médio é dever do
Estado.

A extensão da
obrigatoriedade e
gratuidade do Ensino
Médio é dever do
Estado.

A extensão da
obrigatoriedade e
gratuidade do Ensino
Médio é dever do
Estado.

A extensão da
obrigatoriedade e
gratuidade do Ensino
Médio é dever do
Estado.

O atendimento
educacional
especializado aos
portadores de
deficiência será,
preferencialmente na
rede regular de ensino.

O atendimento
educacional
especializado aos
portadores de
deficiência será,
preferencialmente na
rede regular de ensino

O atendimento
educacional
especializado aos
portadores de
deficiência será,
preferencialmente na
rede regular de ensino

O atendimento
educacional
especializado aos
portadores de
deficiência será,
preferencialmente na
rede regular de ensino

O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será, preferencialmente na rede regular de ensino

O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será, preferencialmente na rede regular de ensino

O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será, preferencialmente na rede regular de ensino

O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será, preferencialmente na rede regular de ensino

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.





O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O Estado tem o dever de ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA é representado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.



ATIVIDADE 6, página 42 – Jogo de dados do ECA





FIM!

24

Casa de avanço

Casa pergunta

25



26

Casa situação

27

Desafio do encontro

Direitos!

Casa do retorno

13

Desafio de reflexão

14

Casa pergunta

12

Casa de avanço

11

Deveres!

Desafio do encontro

10

Casa de avanço

6

7

Casa do retorno

8

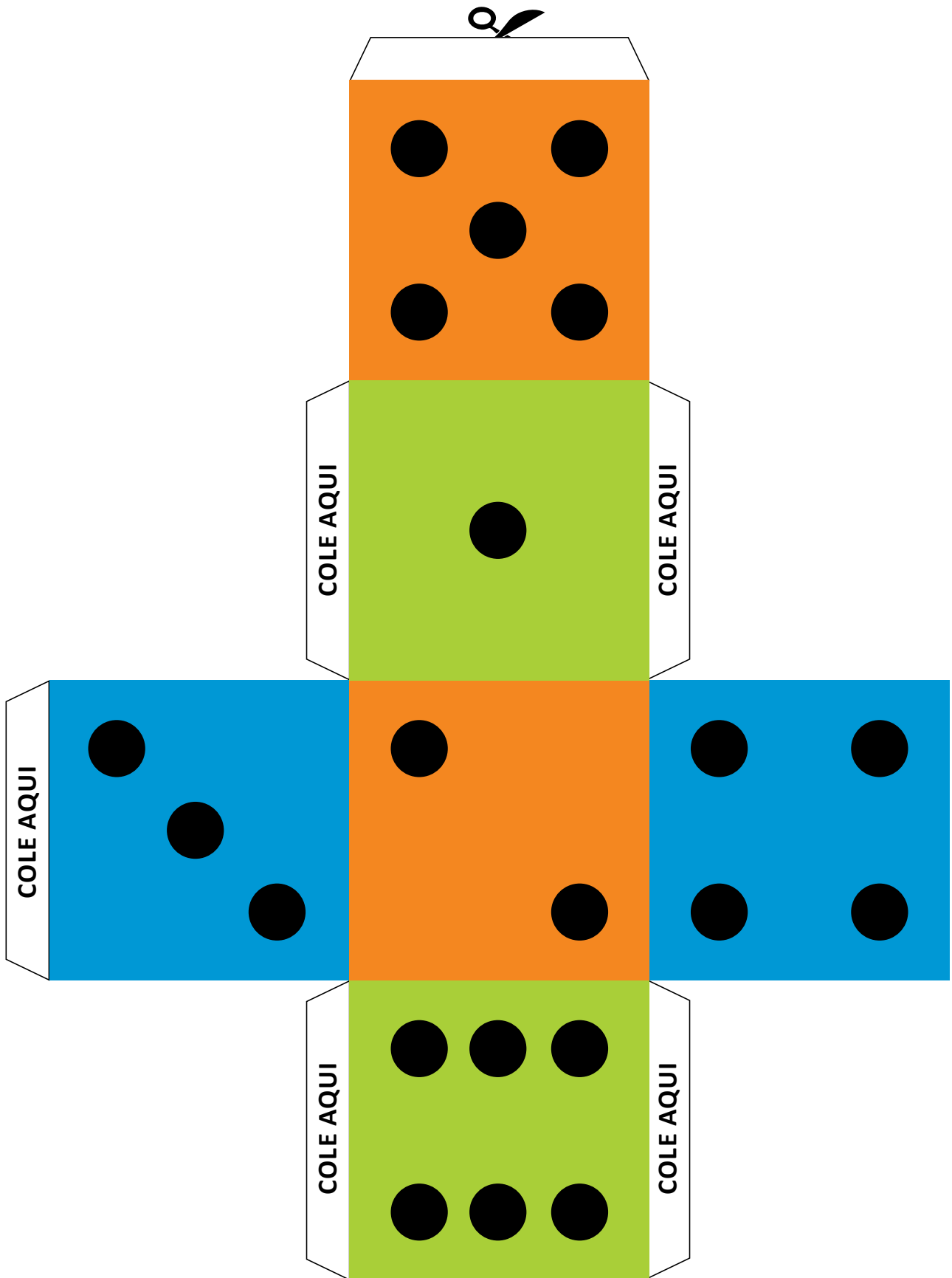
Casa pergunta

9

Casa situação



ATIVIDADE 6, página 42 – Jogo de dados do ECA



ATIVIDADE 6, página 42 – Jogo de dados do ECA – Peões





Cartão pergunta

Questão 1

Analise as proposições acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua relação com serviços socioassistenciais.

- I** - O ECA assegura proteção integral, exigindo que o SUAS desenvolva programas de prevenção e garantia de direitos a crianças e adolescentes.
- II** - Os serviços do SUAS não se aplicam ao público infantojuvenil, pois o ECA centraliza as medidas de proteção.
- III** - As medidas protetivas previstas no ECA podem articular-se com o PAEFI, visando romper ciclos de negligência ou violência contra crianças e adolescentes.
- IV** - O ECA restringe a prioridade de atendimento apenas a crianças em instituições de acolhimento, não envolvendo outras situações de vulnerabilidade.

Quais estão corretas?



Cartão pergunta

Questão 2

O Artigo 4o do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é responsabilidade compartilhada da família, da comunidade, da sociedade como um todo e do poder público garantir, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Esse direitos abrangem aspectos essenciais para uma vida digna, como saúde, educação, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, liberdade, convivência familiar e comunitária. Diante ao exposto, a garantia de prioridade compreende:

- I-** Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II-** Primazia de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III -** Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- IV-** Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Qual está correta?



Cartão pergunta

Questão 3

Qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, é proibido a menores de:

- (A) 20 anos.
- (B) 17 anos.
- (C) 21 anos.
- (D) 14 anos.

Qual está correta?



Carta pergunta

Questão 4

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I- direito a ser respeitado pelos seus educadores;
- II- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- III - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Quais estão corretas?



Cartão pergunta

Questão 5

Analise as proposições acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua relação com serviços socioassistenciais.

- I** - O ECA assegura proteção integral, exigindo que o SUAS desenvolva programas de prevenção e garantia de direitos a crianças e adolescentes.
- II** - Os serviços do SUAS não se aplicam ao público infantojuvenil, pois o ECA centraliza as medidas de proteção.
- III** - As medidas protetivas previstas no ECA podem articular-se com o PAEFI, visando romper ciclos de negligência ou violência contra crianças e adolescentes.
- IV** - O ECA restringe a prioridade de atendimento apenas a crianças em instituições de acolhimento, não envolvendo outras situações de vulnerabilidade.

Quais estão corretas?



Cartão pergunta

Questão 6

A Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece em seu artigo 4º que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

De acordo com o parágrafo único do Artigo 4º, a garantia de prioridade compreende:

- (A) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- (B) precedência de atendimento nos serviços públicos, quando tratar-se de família de baixa renda.
- (C) primazia de receber proteção e socorro em circunstâncias especiais.
- (D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas estritamente relacionadas à educação, à saúde e à segurança pública.

Quais estão corretas?



Cartão pergunta **Questão 7**

A internação constitui medida privativa da liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Com base no exposto, conforme a Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) A liberação será compulsória aos 21 anos de idade.
- (B) Em algumas hipóteses, o período máximo de internação excederá três anos.
- (C) Em alguns casos, haverá a incomunicabilidade, principalmente para fins pedagógicos.
- (D) Em algumas hipóteses, será aplicada a internação, mesmo havendo outra medida adequada.

Quais estão corretas?



Cartão pergunta

Questão 8

O filho de Luiz tem 4 anos e é surdo. Seu pai não sabe se poderá matriculá-lo em uma escola regular de seu bairro em Silveiras.

Sobre a situação narrada, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as afirmativas a seguir.

- I- O ECA estabelece que as crianças com deficiência devem ser matriculadas exclusivamente em escolas especializadas.
- II- O ECA assegura o atendimento das crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.
- III- O ECA deixa a cargo de cada escola definir sobre o atendimento às crianças com deficiência.

Está correto o que se afirmar em:

- (A) I apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I e II apenas.



Cartão pergunta

Questão 9

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o uso de algemas em menores:

- (A) é vedado, em qualquer hipótese.
- (B) será válido, se seguir as balizas fixadas na Súmula Vinculante nº 11.
- (C) será válido se a execução da medida não se estender por prazo superior a 48 horas, em função da prática de ato enquadrado como crime inafiançável.
- (D) somente será válido quando a adoção da medida for presenciada por membro do Conselho Tutelar e do Ministério Público.
- (E) será válido, se seguir as balizas fixadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Súmula Vinculante nº 11.

Qual está correta?



Cartão pergunta

Questão 9

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o uso de algemas em menores:

- (A) é vedado, em qualquer hipótese.
- (B) será válido, se seguir as balizas fixadas na Súmula Vinculante nº 11.
- (C) será válido se a execução da medida não se estender por prazo superior a 48 horas, em função da prática de ato enquadrado como crime inafiançável.
- (D) somente será válido quando a adoção da medida for presenciada por membro do Conselho Tutelar e do Ministério Público.
- (E) será válido, se seguir as balizas fixadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Súmula Vinculante nº 11.

Qual está correta?



Cartão pergunta

Questão 10

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Ainda de acordo com o artigo 67, ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho:

- (A) realizado a partir das vinte e uma horas.
- (B) Que não tenha a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária.
- (C) Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- (D) Realizado em horários e locais que prejudiquem o convívio familiar.

Qual está correta?



Cartão situação

Situação 1

Direito à educação

CENÁRIO: João, de 15 anos, precisou sair da escola para ajudar a família financeiramente. Ele quer voltar a estudar, mas tem medo de ser julgado pelos colegas e acha que não há espaço para ele na escola.

DISCUSSÃO: Como a escola pode garantir que João volte a estudar? O que o ECA diz sobre isso? Art. 53. A Criança e o Adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- direito de ser respeitado por seus educadores;
- III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

(...)



Cartão situação

Situação 2

Bullying e Respeito

CENÁRIO: Ana, de 14 anos, sofre bullying por causa de sua aparência. Alguns colegas fazem piadas sobre ela todos os dias no intervalo. Um estudante vê a situação e não sabe se deve intervir.

DISCUSSÃO: Como lidar com o *bullying*? O que o ECA diz sobre o direito ao respeito e à dignidade? Ante a gravidade do *bullying*, será analisada a eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente no combate a essa prática infame, perpassando pela responsabilidade tríplice insculpida no ECA: família, sociedade e Poder a Público. Com efeito, a aplicação do ECA trará inestimáveis benefícios à sociedade.



Cartão situação

Situação 3

Ato Infracional

CENÁRIO: João praticou um ato infracional de roubo quando era menor de 18 anos de idade, ou seja, com 17 anos e 9 meses. João fugiu e foi encontrado com 20 anos de idade. Ele agora é um jovem adulto. O fato de João ser agora maior de idade (18 anos) vai impedir a aplicação da medida socioeducativa que deveria ter sido aplicada quando ele praticou o crime, quando era menor de idade?

DISCUSSÃO: como lidar com o Ato Infracional? O que o ECA diz sobre o ato?

João ainda irá responder através dos termos do ECA, pois ele é o jovem adulto e poderá cumprir a medida socioeducativa até seus 21 anos.



Cartão situação

Situação 4

Trabalho Infantil

CENÁRIO: Você é um Conselheiro Tutelar e recebe uma denúncia de trabalho infantil. Quais ações você deve tomar, de acordo com o ECA?

DISCUSSÃO: Como lidar com o trabalho infantil? O que o ECA diz sobre o assunto e as ações do Conselheiro?

- Registrar a ocorrência de forma detalhada (situação, idade, forma de trabalho..);
- Investigação para verificar a veracidade da denúncia;
- Confirmada a denúncia, remoção da criança do ambiente de trabalho e de imediato comunicar as autoridades competentes MP e PM;
- Apoio assistencial e psicológico, recuperação e integração à escola, acompanhamento e monitoramento;
- Como conselheiro tutelar, sua atuação é crucial para garantir os direitos das crianças e adolescentes.



Cartão situação

Situação 5

Infrequência Escolar

CENÁRIO: Você é um Conselheiro Tutelar e recebe uma denúncia de que alunos menores de idade estão infrequentes na escola. Quais ações você deve tomar, de acordo com o ECA?

DISCUSSÃO: Como lidar com a infrequência escolar? O que o ECA diz sobre o assunto e as ações do Conselheiro?

- Os dirigentes de escolas de ensino fundamental, comunicarão ao Conselho Tutelar;
- Ação do Conselho Tutelar: sobre casos de infrequência escolar, deve investigar as causas da falta de frequência; juntamente com o Ministério Público (MP): O MP pode investigar casos de infrequência e tomar medidas para garantir o direito à educação; incluindo a aplicação de medidas de proteção aos pais ou responsáveis.
- ECA busca proteger o direito à educação de crianças e adolescentes, responsabilizando pais e responsáveis pela frequência escolar e prevendo medidas de proteção em casos de negligência.



Cartão situação

Situação 6

Violação de Direitos

CENÁRIO: Maria, uma adolescente de 14 anos, estava passando por dificuldades na escola e, além disso, tinha problemas com o ambiente familiar. Seus professores perceberam que ela estava desmotivada e com notas baixas, e seus pais estavam tendo dificuldades em lidar com a situação. Preocupados, eles buscaram ajuda na escola, que entrou em contato com o Conselho Tutelar.

DISCUSSÃO: Como lidar com a violação de direitos? O que o ECA diz sobre o assunto? Violação dos direitos de Maria, incluindo a falta de apoio adequado na família e na escola, além de possíveis negligências. A equipe utilizou o ECA para avaliar a situação de Maria, garantindo seus direitos. Com isso, criaram um plano de proteção que envolvia apoio psicológico escolar e orientação familiar, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento.



Cartão situação

Situação 7

Violência Doméstica

CENÁRIO: Maria, 8 anos, morava com seus pais, ambiente simples. Nos últimos meses, ela parecia mais quieta e assustada, se escondendo quando o pai chegava em casa. Os vizinhos notaram marcas no braço, ela evitava falar sobre a família. Professora X notou a mudança no comportamento de Maria, preocupada, acionou o Conselho Tutelar. A equipe foi à casa de Maria, avaliou a situação e garantiu que ela estivesse segura, oferecendo apoio psicológico e orientando a família a buscar ajuda.

DISCUSSÃO: Como lidar com a violação doméstica? Como proteger uma criança vítima de violência familiar? O Conselho Tutelar foi acionado ao saber que uma criança de 8 anos estava sofrendo maus-tratos em casa. Usando o ECA, foi realizada uma avaliação da situação, garantindo a segurança da criança. Foi providenciado o afastamento do agressor, acompanhamento psicológico para a criança e orientação à família, sempre buscando proteger seus direitos e promover um ambiente seguro e saudável.



Cartão situação

Situação 8

Trabalho Infantil

CENÁRIO: Ana, 13 anos, ajudava seus pais em uma pequena loja de bairro após a escola; Trabalhava por horas, carregando mercadorias e atendendo clientes, o que dificultava seus estudos e descanso. Os professores perceberam cansaço e dificuldades na escola. A tia, preocupada, contatou o Conselho Tutelar. A equipe foi à localidade, conversou com Ana e sua família, explicou os direitos dela e orientou que ela deveria focar na escola.

DISCUSSÃO: Como deveria ser a proteção de uma adolescente que trabalhava em condições inadequadas? Os responsáveis notou que Ana, 13 anos, estava trabalhando, prejudicando seus estudos e saúde. Com o apoio do ECA, o Conselho Tutelar, orientou a família sobre os direitos da criança e do adolescente . Assim, Ana foi retirada do trabalho, recebeu apoio escolar e psicológico, e a família foi orientada a garantir que ela pudesse aproveitar sua infância e estudar com tranquilidade, garantir que ela pudesse estudar e brincar, respeitando seus direitos de criança.



Cartão situação

Situação 9

Acesso à Educação

CENÁRIO: Lucas, 7 anos, morava com seus avós em uma área rural. Quando chegou o início do ano letivo, os responsáveis tentaram matricula-lo na escola, mas enfrentaram dificuldades por causa da documentação e da falta de recursos. Sem matrícula, Lucas não pode frequentar as aulas, o que preocupou seus avós e professores. Uma Assistente Social do Conselho Tutelar, foi até a comunidade, regularizou a documentação de Lucas e orientou os responsáveis sobre seus direitos à educação. Com o apoio, Lucas foi matriculado na escola próxima, oportunizando-o às aulas e a aprendizagem, além de brincar e crescer com segurança.

DISCUSSÃO: Como garantir matrícula escolar para uma criança com dificuldades de acesso? A criança de 7 anos não estava matriculada na escola devido a problemas na documentação e dificuldades financeiras da família. O Conselho Tutelar, apoiado pela ECA, ajudou a regularizar a situação, orientando os responsáveis sobre os direitos à educação. Com isso, a criança foi matriculada, recebendo o apoio necessário para frequentar as aulas, garantindo seu direito de aprender e se desenvolver.



Cartão situação

Situação 10

Bullying na Escola

CENÁRIO: João, 10 anos, chegava em casa triste e sem vontade de retornar à escola. Seus pais notaram que ele estava sendo alvo de brincadeiras maldosas e ofensas por parte dos colegas, que o chamavam de nomes e o excluía das atividades. Preocupados, eles conversaram com a professora e com a Direção da escola, as quais notaram o comportamento e decidiram agir. O Conselho Tutelar foi acionado para ajudar a resolver a situação.

DISCUSSÃO: Como lidar com Bullying na escola? Como proteger uma criança vítima de bullying escolar? Com o apoio do ECA, a equipe escolar e os responsáveis trabalharam juntos para identificar os agressores, promoveram orientações sobre respeito e convivência, e ofereceram apoio psicológico a João. Assim, foi possível criar um ambiente mais seguro e acolhedor, garantindo o direito de João a estudar e se desenvolver sem medo. Promovida roda de conversa com a turma reforçando: valores, respeito, empatia e convivência, reforçando a melhoria no ambiente escolar.



Cartão desafio de reflexão
Reflexão rápida 1
Direitos Fundamentais

DESAFIO: Leia o Art. 1º do ECA que afirma que toda criança e adolescente tem direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

PERGUNTA: Como você acredita que esses direitos podem ser garantidos na prática?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Os direitos podem ser garantidos através de políticas públicas eficazes, educação de qualidade, e ao promoção de um ambiente seguro e acolhedor para as crianças e adolescentes.



Cartão desafio de reflexão

Reflexão rápida 2

Preconceito e discriminação

DESAFIO: Pense sobre o artigo 4º do ECA, que destaca a prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes.

PERGUNTA: Quais formas de preconceito você já observou que podem afetar o acesso a esses direitos?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: O preconceito racial, de classe social ou de gênero pode limitar o acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades de desenvolvimento, criando desigualdades.



Cartão desafio de reflexão

Reflexão rápida 3

Direitos

DESAFIO: Leia o artigo 5º do ECA, que fala sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

PERGUNTA: O que esses direitos significam para você no contexto de sua vida diária?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Esses direitos são fundamentais para garantir que todos sejam tratados com respeito e dignidade, permitindo que cada um se expresse livremente e viva sem medo de discriminação.



Cartão desafio de reflexão

Reflexão rápida 4

Violência

DESAFIO: Pense sobre o artigo 18 do ECA, que aborda a proteção contra qualquer forma de violência.

PERGUNTA: Quais são algumas formas de violência que você acredita que ainda afetam crianças e adolescentes hoje?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: A violência pode se manifestar de várias formas, como *Bullying*, abuso físico e emocional e violência sexual, que ainda são problemas sérios em muitas comunidades.



Cartão desafio de reflexão

Reflexão rápida 5

Educação

DESAFIO: Considere o artigo 53 do ECA, que garante o direito à educação.

PERGUNTA: Como a educação pode ser um instrumento de transformação social para crianças e adolescentes?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: A educação proporciona conhecimento e habilidades que permitem que crianças e adolescentes se tornem cidadãos ativos e críticos, contribuindo para a sociedade e quebrando ciclos de pobreza.



Cartão desafio de encontro

Encontro 1

Abusos e seus efeitos

DESAFIO: Organize um debate em sala de aula sobre os diferentes tipos de abuso que crianças e adolescentes podem enfrentar (físico, emocional, sexual, negligência).

PERGUNTA: Como podemos identificar sinais de abuso e quais ações devemos tomar?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: É importante estar atento a mudanças de comportamento, sinais físicos e emocionais. A denúncia a autoridades competentes e o apoio psicológico são essenciais.



Cartão desafio de encontro

Encontro 2

Combate ao preconceito

DESAFIO: Realize uma atividade em grupo onde os alunos compartilhem experiências ou histórias sobre preconceito que presenciaram ou vivenciaram.

PERGUNTA: Como podemos trabalhar juntos para combater o preconceito em nossa comunidade escolar?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Promover campanhas de conscientização, criar espaços de diálogo e inclusão, e educar sobre diversidade e respeito são passos importantes.



Cartão desafio de encontro

Encontro 3

O que é abuso?

DESAFIO: Organize um círculo de conversa onde os alunos possam compartilhar suas definições de abuso.

PERGUNTA: O que você considera abuso e quais são os sinais que podem indicar que uma criança ou adolescente está sendo abusado?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Abuso pode ser físico, emocional ou sexual. Sinais podem incluir mudanças de comportamento, medo de certas pessoas ou lugares e dificuldades em se relacionar com os outros.



Cartão desafio de encontro

Encontro 4

Denúncia e proteção

DESAFIO: Discuta a importância da denúncia de abusos e como isso pode ser feito de forma segura.

PERGUNTA: Quais são os canais disponíveis para denunciar abusos e como podemos garantir que as crianças se sintam seguras a fazer isso?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Existem serviços de proteção à criança, como o Disque 100. É fundamental criar um ambiente de confiança onde as crianças se sintam à vontade para falar.



Cartão desafio de encontro
Encontro 5
Direitos em ação

DESAFIO: Proponha que os alunos criem um projeto ou campanha que promova um dos direitos garantidos pelo ECA em sua escola ou comunidade.

PERGUNTA: Como você pode mobilizar seus colegas para garantir que todos os direitos das crianças e adolescentes seja respeitados?

SUGESTÃO DE RESPOSTA: Através de palestras, oficinas e eventos que conscientizem sobre os direitos e incentivem a participação ativa da comunidade.



LINHA DO TEMPO DOS DIREITOS DO ECA



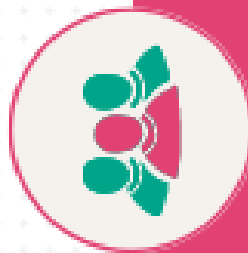
FREPIK



PRIMEIRAS ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS TUTELARES

Descrição:
Concretização do Art.
131 do ECA com a
implantação prática
dos Conselhos
Tutelares nos
municípios.

Artigo
Relacionado:
Art. 131 do ECA



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Descrição:
A criança e o
adolescente passam a
ser considerados
prioridade absoluta no
Art. 227 da
Constituição.

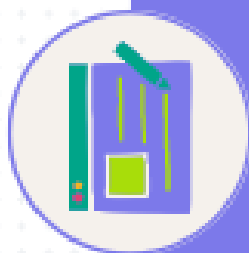
Artigo
Relacionado:
CF/88, Art. 227



CRIAÇÃO DO ECA

Descrição:
Promulgação da Lei nº
8.069/90, que institui
o Estatuto da Criança
e do Adolescente,
marco legal da
proteção integral.

Artigo
Relacionado:
ECA - Lei 8.069/90



LEI MARIA DA PENHA

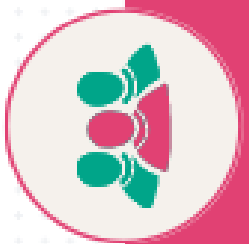
Descrição:

A proteção contra a violência doméstica se reforça, beneficiando diretamente crianças e adolescentes expostos a essas situações.

Artigos

Relacionados:

Art. 5º e Art. 70 do ECA



ESTATUTO DA JUVENTUDE

Descrição:

Regulamentação dos direitos de jovens de 15 a 29 anos, ampliando o arcabouço legal iniciado com o ECA.

Artigo

Relacionado:

Complementar ao ECA



CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

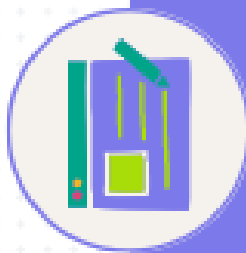
Descrição:

Política pública que contribui para o direito à educação e à alimentação das crianças em situação de vulnerabilidade.

Artigo

Relacionado:

Art. 4º do ECA



**CAMPANHAS CONTRA O
TRABALHO INFANTIL**

Descrição:

Reforço à aplicação do Art. 60 do ECA, que proíbe o trabalho infantil salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Artigos

Relacionados:
Art. 60 do ECA,



**LEI DA ESCUTA
PROTEGIDA (LEI
13.431/2017)**

Descrição:

Estabelece o atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Artigo

Relacionado:
Art. 18-B do ECA



**PRIORIDADE NO SUS
DURANTE A PANDEMIA**

Descrição:

Fortalecimento do atendimento prioritário de crianças e adolescentes na saúde pública..

Artigo

Relacionado:
Art. 11 do ECA



**ATUALIZAÇÃO DO ECA
SOBRE INTERNET E
CIBERCRIMES**

Descrição:

Ampliação das medidas de proteção contra crimes cibernéticos e exposição inadequada nas redes.

Artigo

Relacionado:

Art. 17 e 70-A do ECA

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a)** primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b)** precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c)** preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d)** destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.





Título II

Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I

Do Direito à Vida e à Saúde

Art. 7º. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

[...]

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

[...]

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)



Capítulo II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II- opinião e expressão;
- III- crença e culto religioso;
- IV- brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI- participar da vida política, na forma da lei;
- VII- buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.